



ARMAS DE DOMINIO

PENAFIEL

Parecer apresentado por Affonso de Dornellas à Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes e aprovado em sessão de 19 de janeiro de 1927.

PARA o estudo das Armas de Penafiel foi na Associação dos Archeologos Portuguezes recebido o seguinte officio:

«Serviço da Republica. N.º 203. Penafiel. 15 de Novembro de 1926. — Ex.º Sr. Presidente da Associação dos Archeologos Portuguezes. Largo do Carmo. — Lisboa. Tendo o Municipio de Penafiel feito uso em diferentes epochas de brazões que bastante divergem uns dos outros e não possuindo os elementos precisos para decidir qual deva ser o brazão definitivo, a Comissão Administrativa da Camara Municipal de Penafiel vem respeitosamente solicitar da illustre Associação dos Archeologos que se digne indicar, de entre os que foram usados, qual deve ser adoptado oficialmente por este Municipio. Saude e Fraternidade. O Presidente da Comissão Administrativa da Camara. (a) *Francisco Vaz Guedes d'Athayde Malafaia.*»

Penafiel tem este nome e a categoria de Cidade, por decreto do Rei D. José I de 3 de Março de 1770, tendo-lhe sido por D. João V, dada a categoria de Villa em 25 de Fevereiro de 1741, chamando-se ainda Arrifana de Sousa.

Esta cidade é banhada pelo rio Sousa que tinha por estas imediações, dois castelos para defeza da região que se chamavam: «Aguiar de Sousa» e «Castelo da Pena».

Sofreu este ultimo castelo inumeros ataques dos

Mouros, nunca se rendendo pelo que lhe começaram chamando «Castelo da Pena Fiel», nome que tambem foi dado a todo o territorio ao sul do Rio Sousa.

Primeiro «Arrifana» e depois «Penafiel», é interessante dizer aqui alguma coisa sobre a significação destes dois nomes que, pelo que encontro no rapido estudo que fiz, tem uma analogia muito parecida.

Muitos estudiosos se tem occupado da etimologia de Arrifana e desde Auriflama, bandeira vermelha dada pelo Ceu a Moroveu, Rey de França que com ela venia todas as batalhas até á «Arrhana», Arabe, que quer diser horta ou terra de cultivo, muitas origens se tem dado ao nome da cidade de Penafiel.

José Augusto Vieira na sua notavel obra «O Minho Pitoresco», Lisboa. — 1887, no Tomo 2.º trata a paginas 511 e seguintes da historia e vida de Arrifana de Sousa e portanto da actual Penafiel.

O que eu acho interessante é que procurando no sempre muito apreciavel «Elucidario» de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, encontro o termo «Arrife» com a seguinte definição:

He o que hoje chamamos *Arrecife*, ou *Recife*, que he huma penha, ou fraga continuada por mais, ou menos espaço. *Esta á cerca de hum arrife, quer penha, que se chama de seixo.* Doc. de Bragança de 1551.—

No mesmo «Elucidario», no termo «Penella», diz-se: Esta palavra he diminutivo de *Peña*, *Penna*, ou *Penha*, que na Baixa Latindade significava o cabeço, outeiro, monte, ou rochedo, em que antigamente se fundaram os Castellos, Praças, e Defensões, muitas das quais chegaram, e permanecem em os nossos dias. etc. —

Portanto Arrifana não terá por origem o termo arrife ou penha e portanto pena?

Não será tudo a mesma coisa?

Ahi fica mais uma base para o estudo da etimologia do termo «Arrifana» ou «Rifana», como aparece em documentos antigos. Como porem este estudo se refere apenas às armas de Penafiel vamos ver o que sobre



Sello de Penafiel segundo este parecer

elas se tem dito e para isso basta transcrever o que José Augusto Vieira diz a pag. 513 da obra citada:

«O brazão d'armas com que Penafiel ou Arrifana enalteceu o seu «estandarte Municipal é tambem um verdadeiro enigma heraldico. «Segundo alguns, o primitivo brazão foi-lhe dado por D. Fayão Soares e consistia em um escudo coroadado e dentro uma aguiá negra, «tambem coroadada, entre duas espadas nuas com as pontas para cima. «É este o que vem no livro de Vilhena Barbosa, «Cidade e Villas da «Monarchia». Segundo outros — especialisamos Rodrigo Mendes da «Silva — as armas consistem em um escudo com uma cruz da ordem «de Christo, entre as duas espadas, e tem por timbre uma aguiá «coroadada. Uma terceira opinião aparece, sendo esta a que se vê seguida pelo Municipio. N'este caso as armas diferem das antecedentes, em que a aguiá tem desaparecido, presistindo o habito de «Christo em campo branco, sendo o escudo orlado pela parte superior com uma fita, onde se lê: *Civitas fidelis*, tendo de um lado «uma palma e do outro um ramo de oliveira. Ignora-se a significação «destes simbolos e da legenda. Penafiel parece que era já comenda «de Christo no tempo dos Filipes. Apesar de ser esta a heraldica «adoptada, cumpre ainda mencionar a opinião do padre João de «Meyrelles Beça na sua «Arrifana do Sousa ilustrada,» que diz ter a «villa por padroeira Nossa Senhora da Conceição e por armas uma «sua imagem, como se via nas licenças passadas pela Camara. O «nosso amigo Adolfo Miranda, estudioso das curiosidades da sua «terra adoptiva, diz-nos a este respeito o seguinte: «A aguiá foi brazão do velho concelho de Penafiel. Parte dos terrenos, senão todos, «em que se assentou Arrifana eram comenda de Christo, existindo «ainda hoje alguns dos marcos, com a respectiva cruz. Naturalmente «quando Arrifana foi elevada a villa, deu-se-lhe brazão, com as espadas do escudo do antigo concelho e a cruz alusiva á sua qualidade «de terra da Ordem. Mais tarde, quando foi elevada a cidade, é que «a camara adoptou, por conselho do cidadão Zeferino Pereira do Lago «o actual brazão, juntando-lhe a fita e a legenda, como se vê no final «deste capitulo.»

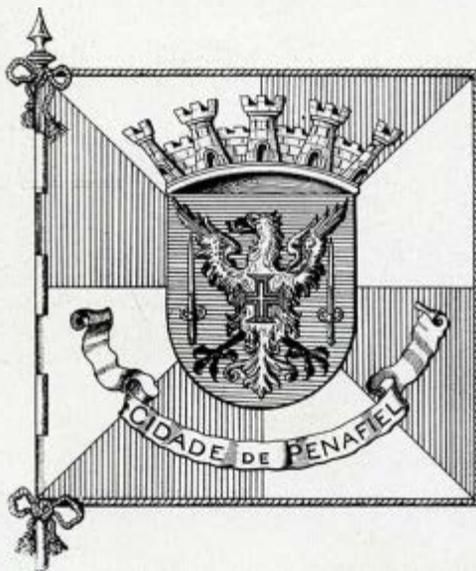
De facto, no final do artigo, a paginas 564, de «O Minho Pitoresco» lá vem o desenho referido.

Analisando um pouco destes trechos que transcrevi

da mesma obra, temos que as armas de Arrifana de Sousa o portanto de Penafiel, tem andado muito embrulhadas e revestidas de grande misterio.

Primeiro aparece-nos um escudo coroadado tendo uma aguiá entre duas espadas que dizem foi dado por D. Frayão Soares. Este homem que viveu no seculo IX e foi da familia dos Sousas que só adoptaram este apelido no seculo XI, sendo o primeiro que o usou D. Egas Gomes de Sousa, «illustre apelido altamente usurpado de um rio deste mesmo nome», conforme nos diz Manuel de Sousa Moreira no seu «Theatro Historico Genealogico y Panegirico erigido a la Inmortalidad de la Excelentissima Casa de Sousa» Paris. — 1694, este homem, como acima ia dizendo, D. Frayão Soares, concerteza que nunca pensou em dar escudos coroados a Arrifana de Sousa. Nesse tempo o pensamento era todo absorvido pelas lutas constantes; ainda não havia mercês desta natureza e muito principalmente a concessão de armas de dominio, que eram sempre creadas pelos municipios para autenticarem as suas leis, e unicamente como sello para documentos e não como escudo com coroa e tudo.

José Augusto Vieira para esta primeira hypothese, repete o que diz Inacio Vilhena Barbosa na sua obra citada. Depois refere-se a Rodrigo Mendes da Silva que a paginas 178 verso da sua obra «Poblacion General de España, sus trofeos, blasones» etc. Madrid 1645, diz que as armas de Arrifana de Sousa consistem n'uma



Bandeira de Penafiel com as cores indicadas heralδικamente

cruz de Christo acompanhada de duas espadas, tendo por timbre uma aguiá coroadada.

Ora na obra «Defenições e Estatutos dos Cavalleiros e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo» pelo D. Prior Geral da Ordem, Fr. Fernando

de Moraes. Lisboa 1746, a paginas 173, tratando das comendas do bispado do Porto, refere-se às de Penafiel pela seguinte forma: Comenda de Santo Adrião de Penha Fiel avaliada em cento e quarenta mil reis no anno de 1606; comenda do Espirito Santo da Arrifana de Sousa avaliada em duzentos mil reis e comenda de Mozares avaliada em 246.660 reis. Por aqui se vê que a Ordem de Christo éra senhora de todo o territorio d'aquelas paragens.

aquelas paragens que até ali existe proximo a antiga Villa de Aguiar de Sousa?

É muito natural que num alto, na Penha onde existiu a Villa da Arrifana existissem muitas aguias, emfim vê-se que a aguia tem nas armas de dominio, acompanhado a vida historica de Arrifana de Sousa e de Penafiel.

Depois é chamado o Padre João de Meyrelles Beça que na sua obra «Arrifana de Sousa Ilustrada,» diz que



Bandeira e armas da Cidade de Penafiel

Temos portanto que na antiguidade parece que era usada a aguia acompanhada por duas espadas e depois pelo seculo XVII, parece que passou a ser adoptada a Cruz de Christo acompanhada das mesmas espadas, aparecendo a aguia fóra do escudo á moda de timbre.

Vê-se pois que a aguia tinha aqui uma certa importancia. Seria por ter pertencido a região de Penafiel aos romanos? Ou seria por haver tantas aguias por

a Villa teve por padroeira, Nossa Senhora da Conceição. Este não fala em espadas, aguias ou Cruz de Christo; só se refere á Padroeira do Reino, cuja imagem naturalmente foi adoptada por Penafiel por alguma devoção especial, ou ainda pelo conhecimento que haveria da declaração do Rei D. João IV nas cortes celebradas em Lisboa em 1646, que tomava a Virgem Nossa Senhora da Conceição por padroeira do Reino de Portugal.

Naturalmente porem, pouco tempo usaria a Camara de Penafiel a imagem d'aquela Santa no seu sello, pois que não ha qualquer referencia nos estudos conhecidos de armas de dominio referentes a Arrifana ou Penafiel.

Finalmente tem tambem usado a cidade de Penafiel as armas que por conselho do Snr. Zeferino Pereira do Lago consistem nas antigas, ou seja na Cruz de Christo acompanhada das espadas juntando-lhe uma ornamentação exterior baseada apenas na arte e bom gosto do artista que as desenhou, tendo no topo superior do escudo os dizeres «Civitas Fidelis», mas suprimindo-lhe a tradicional aguia.

A ornamentação exterior em que se vê uma palma e um ramo d'oliveira, foi mais um elemento de confusão para a já complicada vida das armas de Penafiel.

Nos diferentes autores que conhecemos e que tratam das armas de Arrifana de Sousa ou de Penafiel, não encontramos qualquer referencia do motivo da existencia das espadas, que figuram nas armas atribuidas a Arrifana de Sousa que consistiam na aguia acompanhada das espadas, ou nas armas atribuidas a Penafiel e que consistiam na Cruz de Christo acompanhada das mesmas espadas.

Lendo o que ha escrito sobre as festas do Corpo de Deus em Arrifana de Sousa e depois em Penafiel julgo encontrar a explicação da representação das espadas nas armas d'aquelle dominio.

O Snr. Abilio Miranda, vereador da Camara de Penafiel, publicou em 2 de Junho de 1926, um interessante folheto intitulado «Historia das notaveis festas do Corpo de Deus em Penafiel», onde com uma aturada investigação, nos dá grande soma de elementos para o conhecimento das origens das mesmas festas e do que nellas aparece. Nos cortejos que figuram nessas festas, apparecem diferentes danças e grupos formados por operarios que conforme as suas artes tinham uma acção definida, não se podendo esquivar ao desempenho que lhe era destinado, sob pena de prisão e multa.

Havia a Dança da Mourisca, da Retorta, dos Moleiros, das Espadas, Da Péla, havia uma tourada, a representação duma grande serpe, o jogo dos chocalheiros, apparecia a figura de S. Miguel, de S. Jorge, do Anjo da Folia, as chamarelas, os castelos, emfim rija festa que durante muitos seculos se fez em Arrifana de Souza ou Penafiel.

No trabalho citado do Snr. Abilio Miranda, vereador encarregado da Biblioteca Municipal de Penafiel, são, na capa, incluídos os desenhos das tres armas conhecidas de Penafiel como mais antigas, não fazendo referencia ás armas que actualmente estão sendo usadas e que consistem n'uma aguia coroada e estendida, acompanhada de duas espadas. O escudo é encimado por uma coroa de Duque e acompanhado d'um ramo de carvalho e outro de louro crusados e atados no pé.

O Snr. Abilio Miranda prestou um apreciavel serviço publicando o producto do seu estudo feito sobre os documentos existentes na Biblioteca Municipal de Penafiel

e que veem esclarecer as varias descrições atabalhoadamente feitas em varias enciclopedias e outras obras que tratam das referidas festas.

Depreende-se deste estudo que são muito antigas as festas do Corpo de Deus em Penafiel, pois o documento mais antigo que a ellas se refere, é o termo de abertura do foral dos festejos, datado de 27 de Abril de 1657 em que se diz — F... ouvidor neste dito logar da Rifana de Sousa, numerei e rubriquei este livro, que hade servir de tombo e memoria das festas do Corpo de Deus, que neste dito logar se fazem por sua Magestade que Deus guarde, por *imemorial* costume etc.

A festividade do Corpo de Deus foi creada pelo Santo Padre Urbano IV, por Bulla de 11 de Agosto de 1264 estabelecendo que na primeira quinta feira depois do dia oitavo do Espirito Santo, se levasse a efeito. Foi recebida em Lisboa esta bulla no anno seguinte, Reinando D. Affonso III e sendo Bispo de Lisboa D. Martinho I.

Não se sabe ao certo quando Penafiel iniciou a referida festividade, devendo talvez ter sido uma das primeiras terras que a effectuaram, atendendo a que sempre houve na mesma povoação uma grande devoção pelo Santissimo Sacramento e o Papa João XXII que governou a Igreja de 1316 a 1334, acrescentou á festa do Corpo de Deus uma oitava, com ordem de levar publicamente o Santissimo Sacramento.

O Papa Paulo III instituiu a Confraria do Santissimo Sacramento em Roma em 30 de Novembro de 1539, tendo confirmado em 13 de Julho de 1540, ou seja sete mezes e meio depois, os estatutos da primeira confraria que depois da de Roma se fundou no mundo e que foi a de Arrifana de Sousa.

É natural portanto e até muito provavel, que a festa do Corpo de Deus date do seculo XIV ou o mais tardar do seculo XV.

Esta procissão do Corpo de Deus incluiu sempre representações fantasticas e esquisitas e assim, em 1282, por ordem dos Reis D. Diniz e Santa Isabel, introduziram-lhes os Imperadores.

O Bispo D. Martinho ordenou que na mesma procissão se incorporassem gigantes, o demonio, a serpe e um drago para assim mostrar que Christo na Eucarestia, tinha vencido «o demonio, a idolatria e os vicios representados nestes monstros tão horrendamente fingidos».

A base para a criação da festa do Corpo de Deus, foi exactamente por se ter negado a presença de Jesus Christo na Eucarestia, pelo que o Papa Urbano IV, se viu na necessidade de expedir a Bulla *Transiturus ad Patrem* publicada como acima disse em 11 de Agosto de 1264, determinando que depois do dia oitavo do Espirito Santo se solenisasse uma nova festividade do Corpo de Deus, livre de outros actos religiosos e em dia especial.

D. João I, mandou em 1387 que figurasse na mesma procissão a imagem de S. Jorge, como defensor da fé catholica.

Por toda a parte se organisava com grande pompa esta festa, estando ainda na memoria de muitas pessoas,

a ostentação que em Lisboa, tinha a procissão do Corpo de Deus.

Figurava na procissão do Corpo de Deus em Penafiel como aliás em muitas outras terras, entre as coisas mais fantasticas, a Dança das espadas que constava de 15 homens «*todos bem aparatados e todos com seus pañetes brancos na cabeça e suas capelas de flores como sempre foi costume*».

Estes 15 homens eram sempre serralheiros e ferreiros.

Vejamos um pouco do que José Augusto Vieira, já citado, diz sobre a dança das espadas:

«Como ao leitor dissemos já, variam as danças de anno para anno, já porque a procissão não tem os esplendores de outro tempo, já porque a camara, que do seu bolso faz as despesas com tais bailes, não pode pagar a organização de todas elas. O das espadas é, porém, o que mais tem sobrevivido, e creio mesmo que todos os annos apparece por causa do privilegio que ainda gosa e põe em pratica, de vir ao palacio da Camara esperar a vereação, que mete dentro da sua roda, acompanhando-a à matriz, onde de novo a vem buscar, depois que a procissão termina.»

É curioso este facto. Parece que a vereação vae no meio d'uma guarda d'honra. Parece que é gente que vem de fóra cumprimentar a Camara, pois ha uma *entrada* na cidade. Numerosa cavalgada de guerreiros fantasticos, invade as ruas, sendo seguida das varias danças entre as quaes vae a das espadas que como disse tem a missão especial de formar uma roda para cercar a vereação que vae buscar aos Paços do Concelho. No meio de tudo isto apparece um carro triumphal em forma de concha, tendo no ponto mais elevado a figura da cidade vestida à moda romana, que em frente dos Paços do Concelho, faz um discurso em verso, saudando os vereadores.

Ainda a dança das espadas figurou noutras festas levadas a efeito em Penafiel, como por exemplo se vê a paginas 12 do referido folheto da autoria do Snr. Abilio Miranda, dizendo:

— *...que deram a dança das espadas na Regia função que se fez pelo feliz nascimento da Serenissima Princesa da Beira na forma determinada pelo Senado.*—

Servirá tudo isto para tentar demonstrar que a razão de aparecerem as espadas acompanhando a aguia ou acompanhando a Cruz de Christo nas armas de Arrifana de Sousa ou nas armas de Penafiel, é uma velha tradição de figurar o Municipio representado pela aguia ou pela Cruz de Christo, acompanhado de espadas como guarda d'honra para assistir às maiores festas locais?

Será apenas como simbolo da justiça ministrada pelos homens bons do concelho, que as espadas figuram atravez de seculos nas referidas armas?

De qualquer das fórmãs, não ha o direito de aconselhar a que se tirem as espadas das armas de Penafiel, antes pelo contrario, é muito interessante que ali continuem.

E assim, sou de parecer que fiquem nas armas da cidade de Penafiel, a aguia, a Cruz de Christo e as espadas, mas tudo ordenado heraldicamente conforme passo a descrever:

De azul com uma aguia aberta, d'ouro, bicada, lam-passada e armada de negro carregada no peito d'uma Cruz de Christo, e acompanhada de duas espadas de prata.

Proponho o azul para o campo, porque este esmalte representa a lealdade e o zelo e proponho que a aguia seja d'ouro, porque este metal significa a fidelidade e a constancia.

É norma estabelecida que as armas de dominio Municipal, tenham uma coroa Mural, sendo a das cidades compostas de cinco torres.

Está tambem já estabelecido que as bandeiras das cidades sejam quarateadas para serem completamente distinctas das bandeiras das villas que são esquarteladas ou d'uma côr só.

As côres das bandeiras são tiradas das côres das peças heraldicas que compõem as armas do mesmo dominio, portanto a mais razoavel combinação que se pode fazer em face das armas propostas, são as côres da Cruz de Christo e das espadas, ou seja, vermelho e branco.

Acompanha o escudo, uma fita branca com os dizeres a negro— «Cidade de Penafiel».

*

* *

Foi este parecer publicado no jornal «O Penafidense» de 15 de Fevereiro de 1927, juntando-lhe a seguinte amavel referencia:

Sendo solicitado, pela Comissão do Monumento a erigir a Egas Moniz, a Comissão Administrativa da Camara Municipal, presidida pelo Ex.^{mo} Sr. D Francisco Malafaia, que lhe fosse indicado qual o brazão da cidade a adoptar no referido Monumento devido a terem sido usados em diversas epochas brazões diferentes, resolveu e muito bem, a Comissão Administrativa consultar sobre o assunto a Sociedade de Archeologos.

Foi encarregado por essa Sociedade uma das primeiras competencias em heraldica, o Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornelas, de proceder a esse estudo sendo agora enviado à Camara o curioso relatorio, produto desse trabalho intelligente, devidamente aprovado pela mesma Associação de Archeologos.

Tendo nós como unico objectivo os interesses do Concelho, com muito prazer damos à estampa este interessante documento agradecendo ao Ex.^{mo} Sr. Dornelas o seu esforçado auxilio para principirmos a penetrar num abismo que até à data só sua Ex.^a iniciou a sondagem com cuidado.

Depois, em 30 de Abril seguinte, recebeu a Associação dos Archeologos Portuguezes o seguinte officio:

Camara Municipal de Penafiel. N.º 81. Penafiel 29 de Abril de 1927. — Ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes de Lisboa.

Cumpro o grato dever de levar ao conhecimento de V. Ex.^a

que a Comissão Administrativa da minha presidencia deliberou agradecer, com todo o reconhecimento, o parecer e desenho do estandarte e armas, que a secção de Heraldica a que V. Ex.^a muito dignamente preside, propos para esta cidade. Jamais poderá este Municipio esquecer os bons serviços por V. Ex.^a prestados a este concelho pelo que esta Comissão muito gostosamente apresenta a V. Ex.^a com os seus agradecimentos os bons desejos de Sande e Fraternidade. O Presidente da Comissão Administrativa da Camara. (a) *Zeferino Moreira de Sousa Baptista.*



MEALHADA

Parecer apresentado por Affonso de Dornellas em sessão de 3-6-1925 da secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes, em face do projecto de armas e bandeira, aprovadas pela mesma secção, em 15 de abril do mesmo anno.

PARA se efectuar o estudo d'umas armas de dominio para o Concelho da Mealhada, recebi da Associação dos Archeologos o seguinte officio :

«Camara Municipal da Mealhada. Comissão Executiva. N.º 40. Mealhada 18 de Janeiro de 1924. Ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Associação dos Archeologos Portuguezes. Lisboa. Tendo esta Camara deliberado organizar um braço proprio e a bandeira do Municipio, tenho a honra de aproveitando a oferta em tempos feita por essa Associação, solicitar de V. Ex.^a as instruções convenientes para a constituição propria daqueles elementos. Saude e Fraternidade. O Vice-Presidente (a) *Joaquim Francisco de Mello.*»

Em face deste pedido e, desejando a Secção de Heraldica e de Genealogia, concorrer tanto quanto possi-



Sello da Mealhada segundo este parecer

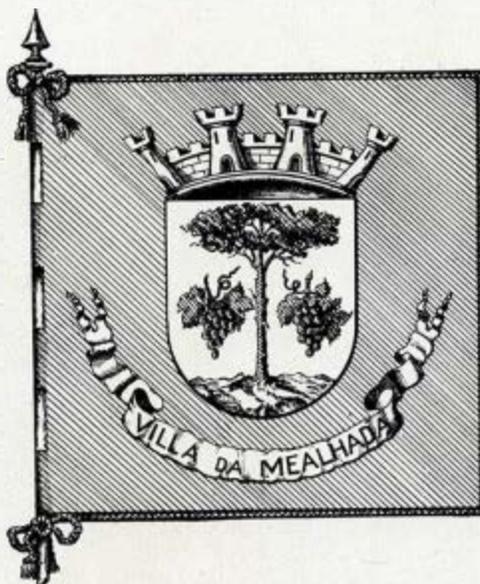
vel para a normalidade das armas dos Municipios e das bandeiras respectivas, procurou satisfazer o desejo tão justo da Mealhada.

A folhas 149 verso do Livro dos Foraes Novos da Estremadura, está registado o Foral da Mealhada com data de Lisboa de 12 de Setembro de 1514.

Não teve a Mealhada foral antigo, portanto é natural que não tivesse sello proprio para autenticar os seus documentos.

Geralmente, os sellos e portanto, as armas de dominio dos Concelhos, são sempre anteriores do seculo XVI por se dar um grande valor ao sello e por não poder haver documento autentico que não fosse sellado.

Ora os foraes eram as leis por que se seguiam os



Bandeira de Mealhada com as cores indicadas heraldicamente

municipios, dando-lhe poderes para se administrarem portanto o sello era indispensavel para autenticar os documentos expeditos.

Houve Cidades e Villas que tendo o seu sello antigo, o alteraram quando lhe appareceu o Foral Novo dado por El-Rei D. Manuel I, por verem na primeira pagina do mesmo foral as armas de Portugal ocompanhadas pela Esfera Armilar e pela Cruz de Christo.

Umás Cidades e Villas adoptaram as armas Nacionaes, outros juntaram a estas a Esfera Armilar e ainda algumas tambem adoptaram a Cruz de Christo sem a menor razão para tal.

Emfim uma verdadeira confusão.

Na Mealhada não consta que tivesse havido sello, ou se o houve desapareceu assim como desapareceu a noticia da sua existencia.

O Concelho da Mealhada é importantissimo e a Villa é antiquissima existindo ainda restos romanos que mostram que esta região já era apreciada por outras epocas.

A Bairrada é uma região fertilissima principalmente

em vinhos e que se espalha pelos Districtos de Aveiro e Coimbra, tendo dentro da sua area todo o Concelho da Mealhada e parte dos da Anadia e Cantanhede.

É uma região tão importante com referencia á produção de vinhos como o Douro, motivo porque o Marquez de Pombal querendo concentrar a primeira região vinhateira no Douro, com a desculpa que a Bairrada era muito melhor aproveitada para cereaes, mandou arrancar todas as vinhas por estes sitios, prosperando enormemente a Companhia Geral d'Agricultura das Vi-

da Mealhada, onde ocupa 10 kilometros de extensão, portanto representando no sello da Mealhada os dois grandes elementos de vida que são a importancia vinicola e a opulenta mata do Bussaco que todo o mundo culto conhece e visita, alem de servir de recreio á enorme colonia que todos os anos frequenta o Luzo para fazer uso das suas maravilhosas aguas, temos as razões necessarias para propormos que o sello e portanto as armas da Mealhada sejam assim constituídas:



Bandeira e armas da Villa da Mealhada

nhas do Alto Douro fundada em 1759 pelo mesmo notavel estadista.

Voltou porem a Bairrada a ser plantada de vinha no Reinado de D. Maria I, tendo recuperado a sua antiga importancia.

O Concelho da Mealhada é hoje pois, uma riquissima região vinhateira.

Pertence a afamada mata do Bussaco ao Concelho

De prata com um carvalho de sua côr sobre um terrado, acompanhado de dois cachos d'uvas de purpura, folhados de verde. Corôa Mural de quatro torres de prata.

A bandeira com um metro por lado deve ser verde por ser esta a côr que predomina na composição das armas, por baixo das quais deve haver uma fita branca com as palavras «Villa da Mealhada» bordada a preto.

Em resposta a este parecer foram recebidos os seguintes officios :

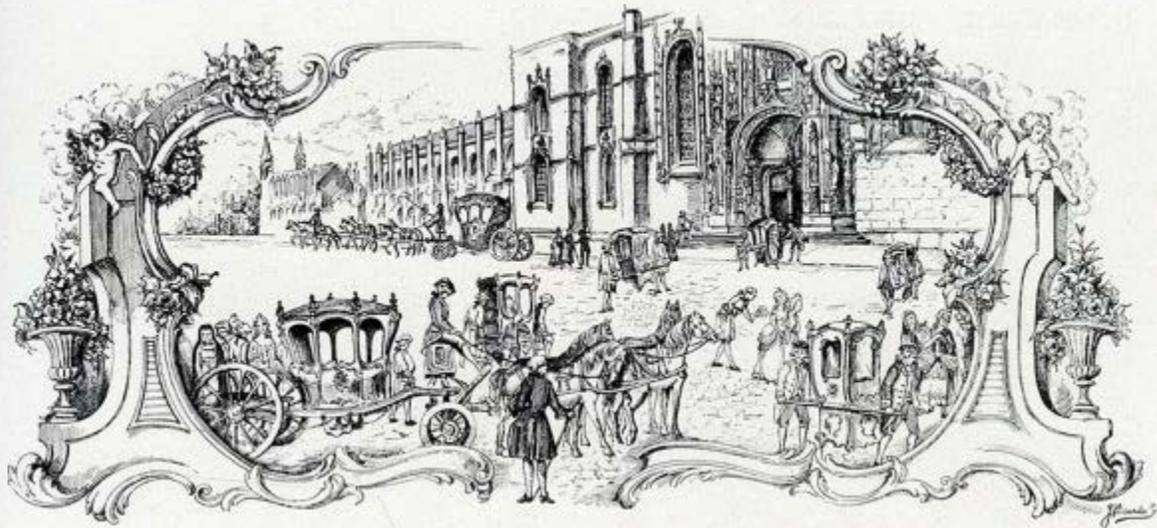
— Camara Municipal da Mealhada. Comissão Executiva. N.º 112. Mealhada, 27 de Março de 1925. Ao Ex.^{mo} Sr. Secretario da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses. Lisboa. Tenho a honra d'acusar a recção do officio de V. Ex.^a que acompanhou o desenho do brasão e estandarte para este concelho. agradecendo penhorado em nome d'esta Camara o obsequio da sua remessa. Tendo esta Camara de reunir nos primeiros dias do proximo mez d'Abri!l, muito conviria que já aqui estivesse o relatorio a que V. Ex.^a se refere, a fim de que ella nessa reunião melhor pudesse apreciar o assumpto. Saude e Fraternidade. O Vice-Presidente. .a) *Joaquim Francisco de Mello.*

— Camara Municipal da Mealhada. Comissão Executiva. Mealhada,

24 de junho de 1925. Ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Associação dos Archeologos Portugueses. Lisboa. Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que a comissão da minha presidencia deliberou agradecer a essa Associação, muito penhorada, o envio do parecer aprovado em sessão da Secção de Heraldica da mesma Associação de 3 de junho corrente de referencia ás «Armas da Mealhada», e aproveitar a occasião para informar V. Ex.^a que no referido parecer se faz referencia a uma coròda mural que o desenho não contem, coròda que deverá ser constituida, segundo o mesmo parecer por quatro torres de prata. V. Ex.^a informará se se torna necessario devolver o mesmo desenho a fim de ser modificado. Saude e Fraternidade. O Vice-Presidente. (a) *Joaquim Francisco de Mello.*

Foi remetido novo desenho e as armas e estandarte foram adoptados.





ARMAS DE FAMILIA

MUITO há a estudar sobre as verdadeiras armas de cada família portuguesa. Muitas famílias vieram do estrangeiro e transtornaram as armas da família a que pertenciam. Outras depois de viverem em Portugal umas gerações, pediram cartas de fidalgos e cota d'armas e foram-lhe dadas umas armas que nada tinham com a origem da sua família. Emfim muitos exemplos conheço e que tenciono apresentar, ficando, porém, sujeitos a estudo.

Não tenho a pretensão de querer ir alterar as armas que cada um usa, mas pelo menos farei conhecer às pessoas que usam armas que lhe não pertencem, quaes as que teem mais probabilidades de lhe pertencerem.

Ainda acho muito cedo para se fazer um Armorial com apparencia de definitivo, mas se fôr auxiliado nos estudos que se seguirem, espero que pelo menos, fiquem as armas das famílias portuguesas, um pouco mais direitas.

O que é indispensavel é que todas as pessoas que tenham elementos, ajudem a construir a historia das armas das famílias portuguezas, ou que interessem á genealogia das mesmas famílias.

FRANCAS

(ELEMENTOS PARA A HISTORIA DAS CANARIAS)

Comunicação apresentada por Afonso de Dornellas na classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 9 de Julho de 1925.

NA sessão efectuada em 25 de Junho ultimo, na classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa, o Snr. Dr. Jayme Cortesão, apresentou copias de tres documentos até agora ineditos e desconhecidos e que são d'uma alta importancia para a Historia das Canarias e principalmente para a influencia que estas Ilhas tiveram no inicio das descobertas e conquistas dos portuguezes nos seculos XIV e XV.

O Snr. Dr. Jayme Cortesão, com uma insistencia ilucidativa, expoz clara e detalhadamente que não só não conhecia os originaes dos mesmos documentos, como até não lhe encontrava qualquer referencia nas chancelarias e outros registos existentes na Torre do Tombo, assim como não lhe encontrava qualquer referencia nos nobiliarios existentes na Bibliotheca Nacional e que tratam da Família Franca a cujo archivo pertenceram.

Explicou ainda o Snr. Dr. Jayme Cortesão que no leilão havido há tempos, do archivo da Família Franca, tinham os documentos em questão sido adquiridos pelo



falecido José Pereira de Sampaio (Bruno), publicista illustre e Director que foi da Bibliotheca Municipal do Porto.

Da importante comunicação do Snr. Dr. Jayme Cortesão vem um relato no jornal *Diario de Noticias* de quatro dias depois, ou seja de 29 de Junho e que para melhor elucidação, passo a transcrever :

«O illustre academico Snr. Dr. Jayme Cortesão apresentou, na ultima sessão da Academia das Sciencias, alguns interessantes documentos relativos aos descobrimento das Canarias :

«D. João I e o Infante D. Henrique tiveram os seus precursores. O pensamento de descobrir o caminho marítimo para a Índia e a conquistar para a cristandade, em detrimento do Islam, o commercio do Oriente, assim como o de buscar no norte da Africa pontos de apoio para essa empresa, datam dos fins do seculo XIII e começos do XIV.

«Em 1291 os genoveses Vivaldi atravessam o estreito para circumnavegar a Africa e alcançar a Índia, tendo-se perdido a expedição. Por outro lado desde 1288 que Raimundo Lulo se preocupava com o pensamento da conquista da Terra Santa, chegando em 1309 a apostolizar para esse fim a conquista da Africa do Norte, desde Ceuta. Finalmente, Marino Sanuto, o Velho, desde 1306 que redigia o seu «Liber Secretorum Fidelium crucis», especie de tratado politico para uso de reis e papas, o qual foi enviado a todos os principes cristãos, e onde expõe o seu plano de proibição de todo o commercio entre cristãos e islamitas, de ataque ao Egipto e depois á Palestina, e de manter uma frota cristã no Oceano Indico para a posse do commercio oriental. Pode considerar-se Sanuto como o precursor e o teorizante do pensamento português, o

qual representava uma aspiração europeia. Não espanta assim que o pensamento de aplicar a marinha do Estado á expansão ultramarina date pelo menos de D. Afonso IV. A posse de Ceuta, como chave do estreito, e das Canarias, como base naval para expedições marítimas, era uma especie de questão prévia na empresa nacional dos Descobrimentos. Há indícios seguros de que D. Afonso IV pensou em levar as nossas armas ao norte de Africa e provas de que realizou várias expedições ás Canarias.

«O inglês Beazley, o grande historiador da geografia durante a Idade Média, supõe igualmente que os Açores e a Madeira foram por nós descobertos nesse tempo com o auxilio dos italianos, que estavam ao nosso serviço. Em confirmação destas ideias e deste ultimo facto apresentou o Snr. Dr. Jayme Cortesão a copia de três documentos novos, que deve á obsequiosa oferta do Sr. Aragão Côrte Real.

«Num deles, datado de 1370, D. Fernando faz doação de duas das ilhas situadas no mar cabo Não,—Nossa Senhora a Franqua e Gomeira, a Lançarote da Franqua, seu almirante das galés. Este Lançarote, segundo os nobiliarios, deve ser filho de Afonso da Franqua, um dos genoveses que veio a Portugal no tempo de El-Rei D. Dinis. Depreende-se do documento que Lançarote auxiliou o descobrimento das Canarias.

Num segundo documento, de 1376, D. Fernando faz certas doações a Lançarote, para o compensar das perdas sofridas na guerra com os guanchos e os castelhanos, sustentada naquelas ilhas. Finalmente, por um documento de 1385, D. João I confirmava essas doações a Lopo Afonso da Franqua, filho de Lançarote, o qual tinha morrido pouco antes na Ilha de Lançarote. O illustre paleografo Sr. Pedro de Azevedo, que examinou tambem estas copias, crê na autenticidade dos documentos.



Armas da Família Franca de Portugal

«Deles se pôde concluir: 1.º Que o pensamento da expansão ultramarina não sofreu interrupção entre D. Afonso IV e D. João I; 2.º, que D. Fernando, assim como D. Afonso IV, se supunha com direito á posse das Canárias; 3.º, que a familia dos Franquas teve parte preponderante senão no descobrimento pelo menos nas tentativas de conquista das ilhas; 4.º, eles vêm dar maior viabilidade á suposição de Beazley quanto aos demais arquipelagos atlânticos e á hipótese das viagens de Machico á ilha da Madeira em tempo de D. Fernando, defendida por Brito Rebelo e que Beazley igualmente considera provavel.

«Deve notar-se que os dois primeiros passos na expansão ultramarina, realizados por D. João I e pelo Infante D. Henrique foram a conquista de Ceuta em 1415 e a tentativa de conquista das Canárias em 1424, projecto que o Infante nunca mais abandonou. Finalmente, um dos primeiros e melhores auxiliares do Infante, o celebre Lançarote, era filho do outro Lançarote, a quem D. Fernando doára duas das Canárias. Estes factos apresen-

tam entre si uma ligação e successão logicas e vincam ainda mais no plano nacional dos Descobrimentos o seu aspecto de organização e desenvolvimento perfeito, do mesmo passo auxiliando a explicar como os projectos e acção do Infante D. Henrique e dos seus successores foram maiores do que até aqui se tem suposto.»

Dedicando-me ao estudo da Genealogia e investigando sobre a, ainda hoje, complicada origem da Família

Bettencourt, tenho lido tudo quanto existe sobre as Canárias por, como se sabe em 1402, Jean de Bettencourt ter ali entrado. Ainda nos meus já longos estudos sobre o norte d'África, tenho procurado conhecer não só a acção heroica dos portugueses por aquelas regiões, como a historia de cada Família que em Marrocos tanto se afamou nas luctas com os Mouros. A Família Franca apparece constantemente em acção guerreira, sendo uma das Famílias que mais se notabilizou por aquelas paragens.

Em muitos anos de investigação, nunca encontrei a menor referencia ao facto de um Lançarote da Franca ser donatario das Canárias por mercê do Rei D. Fernando I em 1370.

O Snr. Conde de Marim, Antonio José Maria da Franca de Horta Machado de Rolin e Aragão de Mendonça, vendeu o recheio da sua casa da Alhandra, de que foi feito leilão em dezembro de 1916 e janeiro de 1917.

Os documentos que motivaram a comunicação do Snr. Dr. Jayme Cortesão, foram vendidos neste leilão.

Com hecendo eu estes factos, e emfim muitos outros que poderiam

constituir esclarecimento para o estudo dos referidos documentos, logo que o Snr. Dr. Jayme Cortesão terminou a sua comunicação, pedi a palavra e no intuito, como digo, de auxiliar o estudo do Snr. Dr. Cortesão, disse que, desejando que se chegasse a provar que os referidos documentos eram autenticos, visto que os originaes não podiam ser estudados por não se poderem consultar os documentos que foram de José Pereira de Sampaio (Bruno), informava que apesar de



Armas da Família Franca d'Anglure, originaria de França

ter estudado muito a Familia Franca, e a historia das Canarias, nunca tinha encontrado a menor referencia a que um Lançarote da Franca fosse donatario das mesmas Ilhas, parecendo extraordinario que havendo em varias epocas, pessoas que estudaram esta Familia, nunca constasse um facto tão notavel.

Nas varias genealogias da Familia Franca, vê-se que sempre houve o desejo de tornar bem conhecidos quaesquer actos praticados por esta familia de guerreiros.

Disse que conhecia um minucioso estudo sobre a mesma Familia, feito por um Capelão da Casa dos Snrs. Condes d'Alte que foram Paesdo Snr. Conde de Marim, estudo que foi feito no archivo da casa, não me lembrando porem se aqui haveria qualquer referencia a um Lançarote da Franca, como donatario das Canarias, mas que em outros estudos que conheço impressos e até n'uma «*Historia de La Ciudad de Ceuta*» inedita, terminada em 1750 pelo Presbitero D. Alexandre Correia da Franca, natural e residente na mesma cidade, nada constava a tal respeito.

Ainda disse que no referido leilão tinham sido vendidos muitos objectos feitos no seculo passado, querendo aparentar de terem sido doutros seculos muito mais atrasados e pertencentes a varios dos guerreiros da Familia Franca.

No mercado de São Bento, alem de moveis e muitos objectos que deste leilão estiveram á venda, houve dez retratos apenas comemorativos de varias pessoas da mesma Familia mas que queriam aparentar de serem feitos nas epocas proprias e que foram adquiridos pelo filho do Snr. Conde de Silves pelo preço de 30.000 reis cada um.

Referi-me a espadas tambem com a indicação por meio de legendas, que tinham pertencido a Adais de Tanger, que éram muito posteriores á epoca a que

se referiam, apesar de ter visto no mesmo mercado uma espada de facto antiga e pertencente a um Adail de Tanger que estava completando uma armadura restaurada.

Essa espada com legenda, foi adquirida no leilão por 28.000 reis e depois vendida em S. Bento por 40.000.

Disse ainda que em face de tantos objectos cuja origem não era verdadeira, deveria haver muito cuidado no estudo dos referidos documentos que poderiam

tambem não ser completamente a expressão da verdade o que não era uma novidade, pois em todo o sempre ouve documentos forjados ás vezes com os intuitos mais patrioticos e mais inofensivos, como foi um fertil producto o Velho Mosteiro de Alcobça.



Armas da Familia Franchi. Genovesa

na sua obra «*Familias Nobres do Algarve*—Parte segunda». Lisboa 1906, de paginas 17 em deante, trata da Familia Franca, começando por Lançarote da Franca a que dá origem italiana dizendo—o primeiro em quem o notavel genealogista Dom Flaminio dá começo a esta familia por ter conseguido dár-lhe uma sucessão continuada até ao seculo passado. Lançarote da Franca alcançou o reinado de D. João I, tempo em que casou

Hoje venho dár mais alguns esclarecimentos sobre o caso.

No Algarve houve um grande estudioso no seculo XVIII que escreveu uma importante obra sobre a Genealogia do mesmo Reino e que se chamou D. Flaminio. Essa obra está actualmente em poder dos Viscondes de Sanches de Baena e apesar de minuciosamente detalhar a biografia das Familias do Algarve, nada diz com referencia á existencia d'um donatario das Canarias na Familia Franca.

O Falecido Visconde de Sanches de Baena

com D. Leonor d'Abreu, filha de Lopo Vaz Castello Branco, Monteiro Mór do dito Rei.— Nada mais dizendo sobre este Lançarote da Franca.

José Benedito d'Almeida Pessenha na sua obra sobre «*Os Almirantes Pessenhas e sua Descendencia*», tanto na primeira edição—Lisboa. 1900—como na desenvolvida 2.^a edição—Porto 1923, em que tão minuciosamente trata da vinda dos Pessenhas para Portugal, faz uma interessante apreciação das viagens portuguesas ás Canarias e demonstra que Manuel Pessenha nomeado Almirante de Portugal em 1 de fevereiro de 1317, casou em 2.^{as} nupcias com D. Leonor Alfonso filha de Lançarote de Franca, morador em Tavira.

A alinea g) da nomeação de Manuel Pessenha para Almirante de Portugal, diz:

— que o Almirante e seus successores seriam obrigados a ter sob as suas ordens, sempre prontos, vinte genovêses peritos em navegação, sabedores de mar, taes que sejam «convinháveis para alcaydes de galles e para arrayses», pagando-lhe o rei emquanto estivessem ao seu serviço, e podendo o Almirante empregá-los fóra d'isso, por conta propria, no commercio naval e outras empresas;

Ora José Benedito de Almeida Pessenha, que toda a vida tem procurado desenvolver tudo quanto diga respeito aos Almirantes Pessenhas, sobre este Lançarote da Franca, diz;

— Acaso seria este Lançarote, dos vinte genovêses «sabedores de mar» — *Lanzerotto da Franchi*? Casando com uma *Affonso*, estabeleceria residencia em Tavira, vindo ainda a tornar-se sogro de Micer Manuel e a trans-

mitir á descendencia deste, importantes haveres ali, que depois se lhe notam?

Vejamos agora um historiador e genealogista do seculo XVIII da propria Familia dos Francas.

Alexandre Correia da Franca, natural de Ceuta e ali Presbitero, faleceu na mesma cidade em 11 de Novembro de 1750, deixando a seu sobrinho Melcheor Correia da Franca, Capitão do Regimento fixo na mesma praça, uma obra da sua autoria intitulada *Historia de la Ciudad de Ceuta*, que termi-

nou quando morreu e que compreende a historia de Ceuta desde a sua fundação e que na parte referente á dominação portugueza e depois á dominação espanhola é toda feita transcrevendo documentos para todos os factos que cita.

Esta importantissima obra que se conserva inédita na Bibliotheca Nacional de Madrid e de que tenho uma copia devido ao favor d'um amigo da vizinha nação, é consultada e citada como notavel por todos os historiadores de Espanha e é o mais completo relato que se possa imaginar da vida guerreira da lendaria Ceuta, conforme tive por vezes ocasião de repetir quando fiz o meu estudo intitulado «*Governadores Capitães Generaes de Ceuta*» que publiquei no 4.^o Volume da «*Historia e Genealogia*».

Alexandre Correa da Franca, que enaltece sempre os feitos dos seus ascendentes, sobre a origem da Familia, citando no paragrafo 395, o facto de Diogo Lopes da Franca ter sido Governador de

Ceuta desde 12 de Outubro de 1574 até principios de 1577, faz referencia á ascendencia da Familia Franca como faz em outros pontos da sua obra, nada dizendo sobre o facto de ter havido um Lançarote da Franca que tivesse sido donataria das Canarias.

Em resumo, temos pois que D. Flaminio, transcrito pelo Visconde de Sanches de Baena, dá-nos conta d'uma familia Franca, natural do Algarve, citando como progenitor um Lançarote da Franca que diz alcançou o Rei-



Armas da Familia Franchi, Genovesa

nado de D. João I e dando-lhe um filho de nome Lopo Affonso da Franca, dizendo porem que teve outros de quem não cita o nome nem dá qualquer outra noticia.

Será crível que, tendo o Almirante Pessanha casado com uma filha deste Lançarote da Franca, não tivesse chegado a noticia aos genealogistas do Algarve?

Emfim, poderia escapar um tal facto, mas escapar tambem o facto de Lançarote da Franca ter sido donatario das Canarias e nada dizerem os genealogistas? Poderá ser?

D. Flaminio liga a Familia Franca com a Familia Pessanha, mas é muito mais tarde.

Vejamos em que altura:

1 — LANÇAROTE DA FRANCA, que alcançou o reinado de D. João I, casou com D. Leonor d'Abreu, filha de Lopo Vaz de Castello Branco, Monteiro Mór de D. João I.

Entre outros tiveram:

2 — LOPO AFFONSO DA FRANCA, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real. Viveu em Tavira onde casou com D. Mor Eannes.

Entre outros tiveram:

3 — AFFONSO LOPES DA FRANCA, cavaleiro fidalgo natural de Tavira onde casou com D. Catherina Affonso, filha de Affonso Lourenço, homem honrado e da vereação

da cidade. Até aqui é verificada esta ascendencia dos Francas por escritura de 1451, ratificada em 1453, pelo prazo que a Affonso Lopes da Franca e a sua mulher lhes foi aforado das terras de que era proprietario Henrique Moniz e sua mulher D. Ignez.

Do Archivo do Hospital e da Camara de Tavira referente aos anos de 1424 a 1444, consta que tiveram os seguintes filhos:

4 — LOPO AFFONSO DA FRANCA que continua.

4 — Diogo Lopes da Franca.

4 — Ruy Lopes da Franca.

4 — Fernando Lopes da Franca.

4 — Pedro Lopes da Franca que casou em 1484, com D. Maria Esteves e depois de viuvo, em 1490 com D. Maria Mattosa. Teve geração.

4 — LOPO AFFONSO DA FRANCA, escudeiro fidalgo. Viveu em Tavira onde casou com D. Violante Valdez e tiveram:

5 — DIOGO LOPES DA FRANCA que segue.

5 — Luiz Lopes da Franca que casou duas vezes a primeira com D. Leonor Correia e a segunda com D. Catherina Viegas, já viuva em 1511 e vivendo na sua Quinta da Luz com seus dois filhos Manuel e Maria, conforme uma escritura de venda de bens feita no referido ano.

5 — D. Catherina da Franca 1.^a mulher de Manuel de Mello, filho de Lançarote de Mello o Corvo, da Casa Olivença e Ferreira, Comendador de Casvel na Ordem de S. Thiago. Em 1531, andando à caça com seu irmão Francisco de Mello foram mortos por Diogo Pessanha que por este crime morreu em Lisboa no Limoeiro.

Deste casamento nasceu D. Ignez de Mello que casou com Ruy de Mello, Mestre salla de El-Rei D. João III.

5 — D. Simão da Franca que casou com Pedro Banha e tiveram filhos.

5 — DIOGO LOPES DA FRANCA natural de Tavira, escudeiro fidalgo. Casou com D. Genebra Pessanha e foram paes entre outros de Lançarote da Franca que passou a Tanger onde morreu em combate com os Mouros. Casou com D. Isabel Correia e foram paes de D. Simão da Franca que casou com Pedro Correia Pessanha e de Diogo Lopes da Franca, Adail, capitão e



Armas da Família Franca de Portugal

contador de Tanger que morreu na batalha d'Alcacer, tendo deixado filhos que continuaram a Familia.

Ora portanto temos que D. Flaminio, apenas encontrou ligação dos Francas com Pessenhas no seculo XVI, baseando o seu estudo em documentos.

*
* *
*

A ideia de que os Francas descendem dos Franchis, será pela suposição que há em alguns genealogistas de que a 2.^a mulher de Manuel Pessenha, 1.^o Almirante, fosse filha do Genovês Lançarote Franchi?

D'uma simples hipótese passar a uma realidade sem documentos não pôde ser, e mesmo era necessario que os Francas descendessem dos Franchis ou Franchis.

*
* *
*

Analisando bem os estudos sobre as origens das Familias portuguezas, apparece-nos o nome desta Familia misturado com outros parecidos como por exemplo: Franca — França — Franco — Franqua e Franqui ou Franchi.

Mas temos um processo de destrinçar estas diferentes familias e conhecer as suas origens pelas armas que usam.

Assim temos que os Francas, em Portugal, usam por armas, um escudo de prata, com quatro palas de verde e uma banda, entrecambada, atravessante sobre tudo. Timbre: duas azagaias de verde passadas em aspa, seus ferros de prata, atadas do mesmo, conforme descreve por exemplo Guilherme Luiz dos Santos Ferreira no seu «Armorial Português». Lisboa 1920.

Estas armas são evidentemente originadas na Familia Franc d'Anglure, natural da França e que usa por armas, um escudo de azul com três barras de prata e

uma banda de vermelho brocante sobre tudo, conforme diz J. B. Rietstap no seu «Armorial Général», Gonda 1884, a paginas 701 do I Volume.

Ou propositadamente o ramo, ou descendente desta familia que veio para Portugal, mudou em palas as barras para constituir diferença ou foi erro de quem primeiro as desenhou em Portugal e entendeu barras por palas como é muito frequente na armaria, chamarem às palas, barras e até bastões.

A semelhança é tão grande entre os dois brazões e há tanta pareçença entre os apelidos Franca e Franc

que não nos resta duvida que a Familia Portuguesa Franca, foi devida ou indevidamente buscar as suas armas á Familia Francesa Franc d'Anglure.

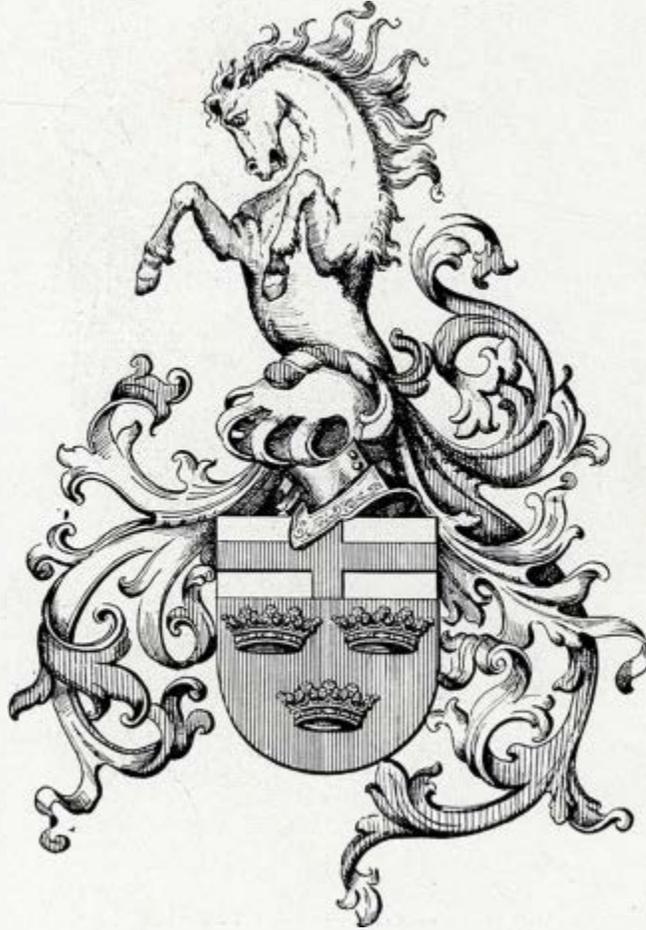
De apelido Franco existem em Portugal duas Familias, uma descendente de Bartholomeu Franco, natural de Mazagão e que por serviços ali prestados teve por armas, um escudo de verde com um castello de prata, lavrado, aberto e iluminado de negro, assente n'um rochedo de sua côr; o rochedo batido por um mar de prata ondado de azul. Assim o descreve G. L. dos Santos Ferreira na obra citada.

Estas armas vê-se perfeitamente que foram dadas por serviços prestados em defesa d'um castello como o de Mazagão que é banhado pelo mar e no desempenho dos cargos de Adail, Almocadem, Porteiro da Guarda das Portas e Anadel dos Espingardeiros

de Cavallo da Praça de Mazagão.

As mesmas armas, com uma diferença, foram dadas a seu neto Bartholomeu Franco Portugues, que na mesma Praça desempenhou: os mesmos cargos, conforme diz José de Sousa Machado nos seus «Brasões Ineditos» Braga 1906 a paginas 26.

A outra Familia Franco que existe em Portugal é originaria da Familia Genovesa Franqui, conforme nos



Armas da Familia Franqui de Portugal

diz G. L. dos Santos Ferreira a paginas 140 do I Volume do seu Armorial Portugues. Lisboa. 1920.

As suas armas são: — De vermelho, com três coroas ducaes de ouro; chefe de prata, carregado de uma cruz de vermelho. Timbre: Um cavallo de prata sainte com as clinas crespas.

Ora verificando no «Armonial Général» de J. B. Rietstap. Gonda. 1884, a pag. 701 do I Volume, temos que a Família Franchi, Genovesa, tem três especiaes de armas havendo duas que se vê que teem a mesma origem e que são:

— De vermelho, com três coroas d'ouro. Elmo coroadado. Timbre: Um cavallo de prata sainte e a Divisa — Mens ratione subjecta —.

— De vermelo, com três coroas d'ouro; chefe de prata com uma cruz de vermelho. Elmo coroadado. Timbre: um passaro de negro bicado e armado de vermelho —.

Portanto temos que a Família Franca usa umas armas indenticas ás da Família Francesa «Franc de Anglure», e a Família Franco que não descende de Bartholomeu Franco que teve armas proprias, usa as armas da Família Genovesa de Franqui.

Em face d'isto não deve portanto considerar-se a Família Franca, descendente de Lançarote de Franqui que éra Genovez e que trouxe para Portugal as armas da sua Família que depois aporteguesou o apelido para Franco e que ainda hoje usa as mesmas armas.

Quem está habituado a mecher em Genealogia e em Heraldica, encontra a cada passo o desejo manifesto dos genealogistas de, por todas as formas encontrarem muitas ascencias para as familias que estudam e a muitas vezes entroncarem familias umas nas outras por suposição, pela grande dificuldade que há, desde que se chegue a épocas remotas, a documentar ligações.

Ora parece que nada há que prove até hoje que a Família Franca descende de facto de Lançarote de Franqui, portanto o apparecerem agora documentos no archivo dos Francas, referentes a Lançarote de Franqui, pode dar razão a supor-se que de facto descendem os Francas da Família Genovesa Franqui. E' esquisito porém que a Família Franca não use as armas dos Franquis Genoveses mas sim as dos Franc de França.

Ainda se fosse n'uma epoca posterior, poderia julgar-se que tinha sido um equivoco o usarem-se umas armas por outras, mas nas épocas antigas tál facto não se dava.

As armas que se usavam eram as que de facto pertenciam.

Constou-me tambem que o Snr. Dr. Fortunato d'Almeida incluiu no Volume III da sua Historia de Portugal uns documentos que parece terem relação com aqueles a que se referiu o Snr. Dr. Jayme Cortesão, e, perguntando eu áquele Ilustre Escriitor se isto era um facto, respondeu-me:

— Não sei se os documentos que vou publicar são os mesmos a que se referiu o Snr. Jayme Cortesão na Academia. Neles efetivamente se trata da doação de duas das Ilhas Canarias a Lançarote da Franca, em 1370. Não conheço os originaes, e neste momento não sei onde param. Confio na pessoa que me forneceu as copias, que estão

escritas na grafia daquele tempo e com as formalidades que então se usavam. Não contradizem nenhum facto historico conhecido, antes o teor dêles se acomoda a todas as circunstancias da época e do assunto. Não há o menor motivo para pôr em duvida a veracidade dêles; portanto considero-os verdadeiros até prova em contrario. —

Interessante pois será que sejam verdadeiros, parecendo-me porem; conforme deixo exposto, que o terem



Armas da Família Franchi Genovesa

aparecido estes documentos no Archivo da antiquissima Familia Franca, sem estarem registados na Torre do Tombo, sem até hoje aparecer a menor referencia ao facto que eles querem demonstrar, pode dár origem a supor-se que não passa d'um caso vulgarissimo, dos muitos que aparecem em estudos genealogicos de haver o desejo de indefinidamente querer dar a uma Familia, uma existencia notavel.

A Familia Franca é conhecida até ao ponto em que em Portugal appareceu um Lançarote de Franqui, genevez, da nobre Familia dos Franquis que no seu Pais tem historia, portanto seria uma ligação interessante a conseguir.

Terminada aqui a comunicação feita na Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa, direi que o Sr. Dr. Fortunato d'Almeida manifestou desejos de a incluir no Tomo III na sua preciosa obra «Historia de Portugal», ao que immediatamente acedi, considerando essa inclusão, uma grande honra.

De facto, a paginas 759 do referido Tomo, o seu erudito Auctor com os titulos — Aditamento aos tomos I e II — A questão da posse das Canarias nos seculos XV e XVI — publica sua Ex.^a os documentos em questão que considera genuinos, principalmente por mostrarem todas as condições necessarias para tal. Em seguida publica uma transcrição do livro da genealogia da Casa dos Ex.^{mos} Condes d'Alte e por fim a comunicação acima trascrita sem os desenhos que agora a acompanham, fechando o Sr. Dr. Fortunato de Almeida estes aditamentos com a seguinte nota :

— As considerações do Sr. Afonso de Dornellas não abalam nenhuma das solidas razões com que demonstrámos a genuinidade dos documentos atraz reproduzidos, os quaes constituem uma notavel página da historia dos descobrimentos maritimos dos portuguezes. —

Agora direi mais, que não tive o menor intuito em destruir o sentido dos documentos, ninguem mais do que eu deseja que sejam verdadeiros.

O que eu principalmente quiz dár a conhecer é que atravez da heraldica ha razões para julgar que a Familia Franca de Portugal, ou é originaria de França ou usa as armas erradas.



CARTAS D'ARMAS

BEM conhecida é a obra «Archivo Heraldico Genealogico» da autoria do Visconde de Sanches de Baena, Lisboa 1872, que include 2574 Cartas d'Armas, e a obra «Brazões Ineditos» da autoria de José de Sousa Machado, Braga 1906 que include 532, mas, apesar destas duas obras incluirem na totalidade 3106 extractos de Cartas de fidalgo de cota d'Armas, muitas há dispersas que não foram registadas na Torre do Tombo e outras que foram concedidas depois de 1872 em que o Visconde de Sanches de Baena publicou a obra acima citada.

Conheço a existencia de muitas cartas ineditas pelo que estou concluindo um indice geral respectivo, incluindo as que veem citadas nas obras referidas, e mais todas aquellas de que me forem enviando copia, acompanhada, se for possivel da ligação do fidalgo da cota d'Armas a que a carta se referir, com os seus descendentes até hoje. Sempre que estes elementos venham acompanhados da propria carta ou da sua fotografia, publicarei as respectivas reproduções.

Como será tambem interessante publicar reproduções d'aquellas cartas que já estão incluídas nas obras dos Srs. Visconde de Sanches de Baena e José de Sousa Machado, sempre que eu obtenha copias da parte escrita e fotografia da parte illuminada, serão publicadas, tentando-se assim não só ampliar os extractos que aquelles illustres investigadores já publicaram, como ainda rectifica-las se for necessario.



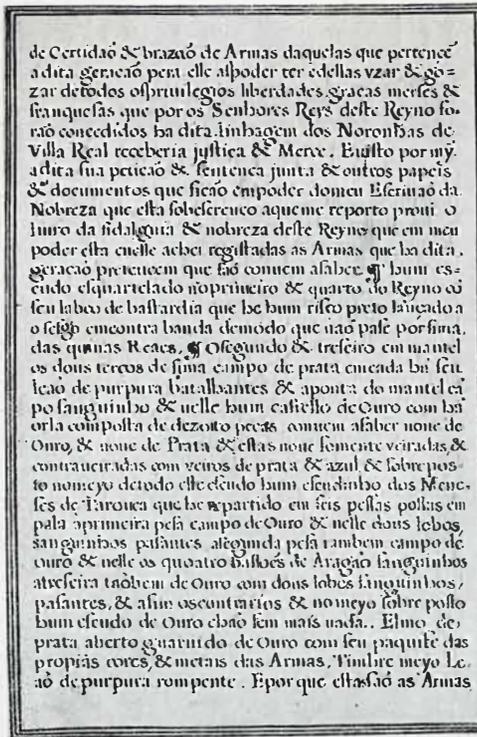
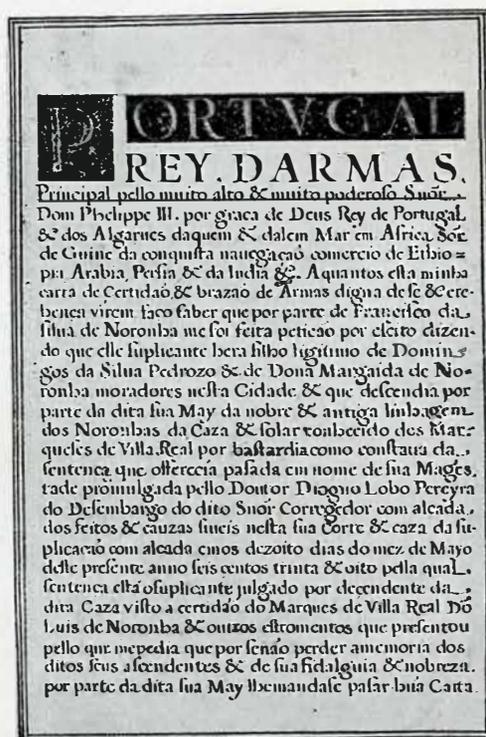
Francisco da Silva de Noronha

ESTA interessante carta inedita em forma de livro, dada a Francisco da Silva de Noronha em Lisboa em 2 de junho de 1638, é propriedade do Sr. José Rodrigues Simões residente em Lisboa, grande amator de livros e possuidor d'uma importantissima bibliotheca.

Por deferencia amavel de Sua Ex.^a aqui fica registada sem que me tivesse sido possivel adicionar-lhe qualquer explicação sobre os ascendentes ou descendentes de Francisco da Silva de Noronha, por absoluta falta de tempo de proceder ás necessarias investigações na Torre do Tombo.

Mais tarde, se me for possivel, procurarei saber a que familia pertencia o agraciado, no caso, já se vê, de não me ser enviada qualquer indicação que esteja no conhecimento dos leitores deste Elucidario, o que reconhecidamente agradeço.

A. D.



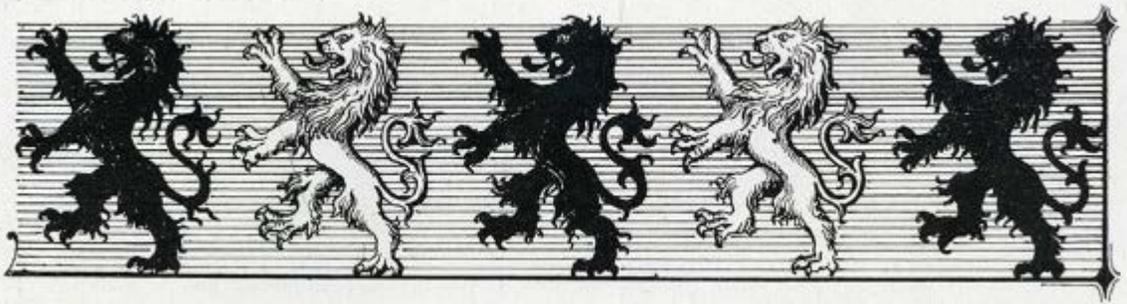
que adita geracio pretencem com opoder de meu nobre & Real officio llas don aqui demfadas & illuminadas assim como asima fica dito em hum effeito polto aobalon que he pendurado dello emto effuerto das quaes Armas podera vir como ato & prerogativa de sua hidalgua & nobreza. & com ellas detodas asgracias izenoves liberdades honras merces & franquelas que pellos Senhores Reys delle Reyno foram concedidas aos fidalgos & nobres dello especialmente adita geracio & com ellas podera entrar em batalhas & em todos & quaes quier atos militares a sly dapaz como daguerra tanto nas cosas grues & de necessidade como nas voluntarias & de passatempo ally como lutas Torneyos & tudo omnis que heito & honello for & aspodera fazer pintar & borlar nas bandeiras Estandartes repolseiros & abrir & esculpir nas baxelas de sua Caza & em seus ancis & sinetes & em todas aspeças de Onco prata & pedraria & aspodera por em seus edeficios portadas grimpas & ianetas & finalmente aspodera deixar esculpidas sobre a sua propria sepultura seruidose honrandose aproneirandose dellas como asua nobreza & fidalgua comen. & como ofazem osuais fidalgos & nobres deste Reyno. Pello que requireto atodos os Desembargadores, Corregedores, Ouidores, Juizes, & Justicias de sua Magestade daparte do dito Senhor & da minha por bem do officio que teulho em especial mando aos Reys de Armas Arautos & Passantes que qn liao & veol diante syem como lutz que sou da Nobreza queallo naõ impedao vzar das ditas Armas frazenleas este cautoda perfeicao ally como nella Carta vaõ illu. nadas & denzadas & per my de dea my pacto & julgado & por firmeza de tudo vzy por my illu. nado com offinal de que vzo no site meu Officio. J. J. J.

dois de Junho de 1600 Bautilla afes por Francisco Luis Eleruio da Nobreza entodos estes Reynos & Senhores de Portugal de mil seiscentos trinta & oito Annos. J. J. J.

Francisco Luis Eleruio

João de Castro





Arvores Genealogicas do III Conde da Feira e dos seus principaes parentes

PRECIOSA ILLUMINURA DE ANTONIO DA HOLLANDA

Comunicação feita por Afonso de Dornellas á Associação dos Archeologos Portuguezes em sessão publica efectuada em 20 de Janeiro de 1928 e á Secção da da Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 26 do mesmo mez.

O desenvolvimento das Arvores Genealogicas do III Conde da Feira, D. Manuel Pereira, e dos seus principaes parentes, ricamente illuminadas pelo grande artista Antonio da Hollanda, daria materia para um grosso volume, que não está, desde já, no meu intuito organisar.

É com uma rapidez relativa, principalmente para não demorar por mais tempo, o desconhecimento da existencia de tamanha preciosidade artistica e historica que venho apresentar reproduções das sete paginas illuminadas que constituem o admiravel trabalho do grande illuminador, com rapidas citações biograficas a cada um dos retratados.

Mais tarde, reproduzindo retrato por retrato até ao tamanho em que Antonio da Hollanda os illuminou e que anda entre nove a onze centimetros aproximadamente d'alto, cada um, eu procurarei desenvolver mais as respectivas biografias.

Sobre Antonio da Hollanda, tambem direi alguma coisa, apesar da sua vida e trabalhos de illuminura ser bastante conhecida, começando por dizer que é pena que sobre elle não haja uma obra como aquella que o erudito investigador e critico d'arte, Sr. Dr. Joaquim de Vasconcellos dedicou a Francisco da Hollanda, filho de Antonio da Hollanda.

O Sr. Dr. Joaquim de Vasconcellos, durante muitos annos procurou conhecer detalhadamente a vida artistica e literaria de Francisco da Hollanda como se vê dos comentarios que publicou em 1918, á obra do illuminador «Da Pintura Antiga».

Tambem Léo Rouanet, com um resumo da vida de Francisco da Hollanda, publicou os «Quatre dialogues sur la peinture», Paris, 1921.

Emfim, como Francisco da Hollanda, alem de pintor e illuminador, foi architecto civil e militar e escritor, teve mais quem o biografasse do que ao pae que se limitou a ser desenhador e illuminador.

Em todo o caso, a fama de Antonio da Hollanda foi tão grande que o Imperador Carlos V quiz que elle fosse prepositadamente a Toledo para lhe pintar o retrato e o Papa Leão X, quiz que elle lhe desenhasse uns cartões para umas tapeçarias que mandou tecer na Flandres.

Trabalhou para o Convento de Thomar nos annos de 1534 a 1539 conforme consta dos livros das contas d'aquelle convento e segundo informações deixadas por seu filho Francisco, foi o primeiro que em Portugal illuminou de branco e preto sobre pregaminho.

Desenhou o modelo do sceptro d'ouro do Rei D. João III e de colaboração com seu filho Francisco, desenhou os modelos para as moedas denominadas «S. Vicente» e «meio S. Vicente», mandadas cunhar pelo Rei D. João III e onde em todas as variedades destas moedas nos aparece este santo com um navio na mão direita e uma palma na esquerda.

Apesar de muito investigada a obra artistica de Antonio da Hollanda, conforme referencias em variadas obras, aparece-nos agora um precioso pergaminho inedito e desconhecido dos biografos do mesmo artista, contendo quarenta e dois retratos lindamente illuminados, alguns absolutamente desconhecidos e onde se encontram ascendentes do 3.º Conde da Feira, de D. João III, de Carlos V e de D. Nuno Alvares Pereira por terem avós comuns.

Esta obra admiravel, alem de ser um monumental documento iconografico, vem resolver algumas duvidas sobre os ascendentes dos Condes da Feira.

Conforme se verá no decorrer da descrição e explicação das arvores de familia, referidas, estão estas organisadas por forma bastante difficil de comprehender, mas que, depois da consulta de variadas obras, consegui decifrar.

Ainda este documento nos vem confirmar a existencia d'um «Portugal Rey d'Armas Principal», sobre o que se tem registado duvidas e que se chamou «Joam Menelau». (1)

O documento é datado d'Evora em 22 de Fevereiro de 1534.

Vejam os contheudo das suas sete paginas. A primeira contem as Armas da Familia Pereira que são de vermelho com uma cruz de prata florenciada e vasia.

Esta cruz que simbolisa muitas familias, foi adoptada por muitos guerreiros christãos que tomaram parte na Batalha das Navas de Tolosa em junho de 1212 onde esteve D. Rodrigo Forjaz, ascendente dos Pereiras.

Resa a tradição que n'um momento aflitivo dessa grande batalha, apparecera no espaço uma cruz que dá coragem aos christãos e temor aos mouros. O que é factó é que com a diferença dos esmaltes, há muitas desenhas de familias que desde essa batalha a adoptaram e ainda hoje a usam.

A Familia Pereira usa por timbre destas armas, a mesma cruz, mas vermelha, ladeada por duas azas de ouro estendidas.

É dos braços mais lindos que a heraldica antiga regista.

A parte manuscrita desta pagina diz:

— *Pera que perfeitamente se soubese a uerdadeira genolosia de que decemde O comde dom :jManuel pereira Asy daparte do comde dom diogo pereira seu pay como /da Comdesa dona briatriz de meneses sua may &*

(1) Depois de apresentada esta comunicação á Associação dos Archeologos e Academia das Sciencias, recebi uns interessantes apontamentos sobre um João de Menelau, que deverá ser o mesmo acima referido e que me foram enviados pelo Illustre Professor da Universidade de Coimbra, Snr. Dr. Virgilio Correia.

Esses apontamentos dizem:

— Biblioteca Nacional de Lisboa. Mss. 648 F. G. Papeis Antiquissimos... Fl. 161 — Casa de D. João III — Officiaes da Nobresa de Armas:

O B.^{el} Antonio Roiz, Rey de Armas-Portugal—1500

Martim Vaz, Rey de Armas-India—1400.

Pero Frz, Rey de Armas-Algarve—1400

José Afonso, Arauto-Lisboa—1000

Luís Fernandes, Arauto-Ceuta—1000

Mestre Nicolau, Arauto-Goa — 1000

Tristão de Miranda, Passavante-Santarem—1000

Antonio de Holanda, Passavante-Tavira—1000

João Menelau, Passavante-Cochim - 1000

OsReys de Armas tem de vestearia—7.100

Os Passavantes e Arautos—6.160

— Livro de Lançamentos—1565, fl. 342 — Travessa do Poço da Cidade para a Rua da Rosa — João de Menelau, sua mulher Izabel Godinha, avaliada, em casas de Antonio Teixeira, e cento e quarenta mil reaes, paguara... jxc lxxx rs —

auoos: Trabalhou co :jmo com muita deligencia das canonicas de portugal & castela atigas & modernas se buscase a ligitima horigem desua nobreza & fidalguia: Ho que foy feito :j per antonio dolamda & menalau Officiaes darmas do muy poderoso alto & esclarecido senhor El Rey dom João de portugal ho terceiro nosso senhor. —

A segunda pagina contem duas arvores que devem ser observadas de baixo para cima.

Ao lado de cada retrato e fora da gravura coloquei um numero para melhor comprehensão e mesmo porque há figuras repetidas se bem que desenhadas em posições diferentes, portanto com o auxilio da numeração que lhe adicionei, pode-se rapidamente ver onde está a mesma pessoa representada.

Como já disse, estas arvores são um tanto ou quanto inigmaticas, tendo no alto da pagina o respectivo conceito.

Assim, no alto desta pagina está escrito o seguinte:

— *Dom frei aluro glz p^{ra} p òll do Crato pay do còdestabre dõ nunalurz p^{ra} quito auo Del Rey nosso S^o D. Ruy pereira ho brauo Quintauo do comde dom manuell pereira seizaoois. —*

Resolvendo este interessante problema vejamos a ascendencia das duas primeiras pessoas representadas junto ás raizes das arvores, até ao avô comum:

— D. GONÇALO PEREIRA, o liberal, filho de D. Pedro Rodrigues Pereira e de sua primeira mulher D. Estefania Ermiges de Teixeira; foi o sucessor da opolenta casa e senhorios de seus paes, viveu no Reinado de D. Diniz e casou a primeira vez com D. Urraca Vasques Pimentel, senhora da quinta da Louroza em Riba de Vizella, filha de D. Vasco Martins Pimentel e de sua primeira mulher D. Maria Annes de Fornellos.

Do referido casamento de D. Gonçalo Pereira, entre outros, nasceu:

— D. GONÇALO PEREIRA, notavel homem do seu tempo e um dos sabios prelados da Igreja Portugueza. Estudou na Universidade de Salamanca. Foi Deão da Sé do Porto. Foi Encarregado de Negociações na Curia Romana e eleito Bispo de Lisboa em 21 de agosto de 1322. Em 1326 foi elevado a Arcebispo de Braga, Primaz das Hespanhas e morreu em 6 de março de 1348.

E' bem conhecida a sua existencia.

De Tareja Pires Vellarinho teve o filho que se segue:

— D. ALVARO GONÇALVES PEREIRA que foi Prior do Crato e grande senhor do seu tempo e que é citado no problema referido.

De Iria Gonçalves teve o filho que se segue:

— D. NUNO ALVARES PEREIRA, numero 1. O celebre condestavel de Portugal.

Nasceu em 24 de Junho de 1360, encheu inumeras paginas da historia gloriosa de Portugal e morreu em 1 de Novembro de 1431.

Casou com D. Leonor d'Alvim filha de João Pires d'Alvim e de sua mulher D. Branca Coelho.

A legenda junta ao retrato diz:

— *O Conde Nunaluz Pereira / comdestabre & fylho de dõ / frei Alu.º glz p^{ra} priol do c^{to} / quintavoo del Rey noso s.^{er} —*

Ao lado tem as armas da Familia Pereira.

Do Casamento do condestabre Nun'Alvares, nasceu:

— D. BEATRIS PEREIRA, *numero 2*. Casou em Lisboa a 8 de Novembro de 1401 com D. Affonso, Conde de Barcellos e depois 1.º Duque de Bragança, filho illegitimo do Rei D. João I, *numeros 10, 18 e 35*, e de Ignez Pires.

A legenda junta ao retrato diz:

— *A duquesa dona briatiz/sua tres avoo/f.^a do cõdestabre/nunaluz P.^{ra} —*

Ao lado da retrato tem as armas em lisonja de Portugal e de Pereira.

Do casamento de D. Beatriz Pereira com D. Affonso Conde de Barcellos, entre outros nasceu:

— D. IZABEL, *numero 3*. Casou em 1424 com seu tio paterno o Infante D. João, *numero 19 e 35*, filho legitimo do Rei D. João I. Este Infante succedeu no cargo de Condestavel de Portugal a D. Nuno Alvares Pereira, *numero 1*, foi grão mestre da Ordem de Santiago e morreu em Alcaccer do Sal em 18 de Outubro de 1442.

D. Isabel morreu no ano de 1465 em Arevalo, Castella, quando ia visitar sua filha a Rainha D. Isabel, *numero 36*, mulher do Rei de Castella D. João II, *numero 28*.

A legenda junto ao retrato diz:

— *A Ifanta dona Isabell sua bis avoo/filha da duquesa dona briatiz. —*

Ao lado do retrato tem as armas em lisonja de Portugal e de Pereira.

Do casamento de D. Isabel com o Infante D. João, alem da Rainha de Castella D. Isabel, nasceu:

— INFANTA D. BEATRIS, *numero 4*. Casou em Alcovas em 1447 com o seu primo direito, o Infante D. Fernando, *numero 12*, Duque de Vizeu e de Beja, condestavel de Portugal e Mestre das Ordens de Christo e de Santiago. Era este Infante filho do Rei D. Duarte, *numero 11*, e da Rainha D. Leonor filha do Rei D. Fernando de Aragão.

A Infanta D. Beatris fundou o Mosteiro da Conceição de Beja e morreu a 30 de Setembro de 1506.

A legenda junto ao retrato diz:

— *A Infanta dona brariz sua avoo/filha da Ifanta/dona Ysabell. —*

Ao lado do retrato estão as armas em lisonja de Portugal e de Pereira.

Do casamento da Infanta D. Beatriz com o Infante D. Fernando, entre outros, houve:

— REI D. MANUEL I, o Venturoso. Nasceu em

Alcochete a 31 de Maio de 1469 e por morte de seu primo o Rei D. João II, foi aclamado Rei em 1495.

Casou tres vezes a primeira com D. Izabel filha dos Reis Catholicos D. Fernando e D. Isabel *numeros 29 e 37*, a segunda com D. Maria, filha dos mesmos Reis e a terceira com D. Leonor irmã do Imperador Carlos V *numero 30*.

Do segundo casamento foi primogenito:

— REI D. JOÃO III, o Piedoso, *numero 13*. Nasceu em Lisboa a 6 de Junho de 1502 e subiu ao throno por morte de seu Pae em 1521.

Casou com D. Catherina, filha de D. Felipe I de Castella de quem teve nove filhos, succedendo-lhe por morte de todos, seu neto D. Sebastião.

Termina aqui a primeira arvore, conforme o problema existente no alto da segunda pagina.

Vejamos agora como desenvolver a segunda arvore para o que temos de nos referir ao primeiro que citamos e que foi.

— D. GONÇALO PEREIRA, o Liberal, filho de D. Pedro Rodrigues Pereira e de sua primeira mulher D. Estefania Ermiges de Teixeira. D. Gonçalo Pereira, fóra dos casamentos, de Marinha Vasques, teve.

— D. RUY GONÇALVES PEREIRA, Rico Homem. Foi á Batalha do Salado em Outubro de 1340. O seu terceiro casamento foi com D. Berenguella Nunes Barreto filha de Nuno Martins Barreto e de sua primeira mulher D. Maria Annes, e d'elle, entre outros, nasceu:

— D. RUY PEREIRA, o Bravo, *numero 5*. Foi senhor de Montargil e de Essa, Alcaide Mor de Santarem e grande vassallo do Rei D. João I de Portugal. Quando do cerco posto a Lisboa pelo Rei D. João I de Castella, estando o Tejo coalhado de naus deste Rei, D. Ruy Pereira, comandando a sua nau «Armilheira», rompeu a linha de batalha, entrando assim dentro do Tejo. Esta façanha custou-lhe a vida pois morreu com uma «frechada» na cara.

A illuminura de Antonio da Hollanda, auxiliou-me muito, para entre os varios Ruys Pereiras desta epoca, encontrar aquelle de quem pintou o retrato, pois lá lhe colocou uma «frecha», varando-lhe a cabeça.

Luiz de Camões no canto VIII, estancia XXXIV dos seus Lusíadas, lá diz:

— Mas olha Ruy Pereira que có'o rosto
Faz escudo às galés, diante posto. —

Casou D. Ruy Pereira, o Bravo com D. Violante Soares de Albergaria, filha de Estevão Soares de Albergaria e de sua mulher D. Maria Martins de Soalhães. A legenda junta ao retrato diz:

— *Rui pereira o brauo/quintavo do comde dõ/Manuell pereira. —*

Ao lado do retrato estão as armas de Pereira.

Do casamento de D. Ruy Pereira, entre outros nasceu:

— D. ALVARO PEREIRA, o «Mariscal», *numero 6*. As genealogias destes ramos dos Pereiras, ascendentes dos condes da Feira, teem andado bastante confusas



por haver na mesma época varios membros desta Família chamados: Ruys, Gonçalves, Alvaros etc.

A obra sobre a Família dos Pereiras, que cita mais elementos é a da autoria de Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, que tem o título de «Livro de Linhagens». Compõe-se de quatro volumes impressos em Braga, o primeiro em 1916 e o ultimo em 1922.

N'esta obra se vê a confusão e incerteza que sempre houve para formar as arvores genealogicas antigas, da Família Pereira.

Felizmente, a bella illuminura de Antonio da Hollanda vem resolver alguns dos casos que teem andado muito embrulhados.

A investigação para a construção das arvores que constituem a referida illuminura, foi feita em principios do seculo XVI, portanto muito proximo da existencia dos membros da Família Pereira, aqui referidos.

Vejamos algumas rapidas noticias da vida de D. Alvaro Pereira, o «Mariscal».

Prestou grandes serviços a D. João I principalmente nas cortes de Coimbra em abril de 1385 que elevaram o mestre d'Aviz a Rei, sendo D. Alvaro Pereira imediatamente nomeado «Mariscal».

Pela acção de D. Alvaro nas guerras que D. João I sustentou, teve por doação as terras de Santa Maria da Feira, com julgados e termos de Cabadens de Ovar. etc.

A casa da Feira com enormes prerogativas, tinha sido dada por D. Fernando I, a seu cunhado D. João Affonso Tello de Menezes, setimo conde de Barcellos, que tudo perdeu por se ter declarado contra o Mestre d'Aviz que incorporou a mesma casa nos bens da Co-roa, dando-a depois a D. Alvaro Pereira.

Morreu em Julho de 1386.

Casou D. Alvaro com D. Mecia Vasques Pimentel, filha de D. Vasco Martins Pimentel e de sua segunda mulher D. Maria Gonçalves de Portocarreiro.

A legenda junta ao retrato, diz:

— *Aluº pereira ho mari/chal seu quartavoo/filho de Ruy pº ho brauo.* —

Ao lado do retrato estão as armas de Pereira.

Do casamento de D. Alvaro Pereira, foi primogenito:

— D. JOÃO ALVARES PEREIRA, *numero 7*. Senhor da Casa da Feira. Tomou parte na tomada de Ceuta e casou com D. Leonor Gonçalves de Mello, filha de Gonçalo Vaz de Mello senhor da Castanheira, Chilleiros, etc., e de sua mulher D. Constança Martins.

A legenda junta ao retrato, diz:

— *Janaluz pºa precuador/ds fidalgos seu tres avoo/filho do mary, chal.* —

Ao lado do retrato, estão as armas de Pereira.

Do casamento de D. João Alvares Pereira, foi primogenito:

— D. FERNÃO PEREIRA, *numero 8*. Senhor da Casa

da Feira e do Couto da Castanheira no Almojarifado de Aveiro, onde por mercê do Rei D. Affonso V, teve jurisdicção no civil e no crime com mero e mixto imperio.

Casou duas vezes: a primeira com D. Isabel de Albuquerque filha de Pedro Vasques da Cunha e de sua primeira mulher D. Helena de Athayde; a segunda com sua prima D. Isabel Pereira de Barredo filha de Gonçalo Pereira de Barredo, o das armas, e de sua mulher D. Maria de Miranda.

A legenda junta ao retrato diz:

— *fernã pereira seu/bis avoo/filho de/Joº Aluz P.ºa* —

Ao lado do retrato estão as armas de Pereira.

Do casamento de D. Fernão Pereira foi primogenito:

— D. RUY VAZ PEREIRA, *numero 9*. Sucedeu a seus paes na grande casa e terras de Santa Maria da Feira.

Por mercê do Rei D. Affonso V de 14 de Janeiro de 1452, foi elevado a conde da Villa e Castello da Feira, de juro e herdade.

Sobre a data da Carta referida de D. Affonso V, publicou o erudito investigador de saudosa memoria, Anselmo Braamcamp Freire, um interessante estudo intitulado «Condados de Moncorvo e da Feira — Outra falsificação de documentos». Coimbra. 1919.

É um folheto que constitue uma separata do Volume XII do Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa.

D. Ruy Vaz Pereira foi casado com D. Leonor Pereira de Barredo, dama de D. Isabel, Rainha de Portugal.

A legenda junta ao retrato, diz:

— *O Comde Rui pereira, seu avoo/filho de fernã, pe-reira.* —

Ao lado do retrato estão as armas de Pereira.

Do casamento dos primeiros condes da Feira, foi primogenito:

— D. DIOGO PEREIRA, segundo Conde da Feira por mercê de D. Manuel I de 2 de Janeiro de 1515. Herdeiro de toda a Casa e Senhorios de seus paes, foi Alcaide da Feira e grande servidor do Rei D. Manuel I.

Casou com D. Brites de Menezes Castro e Noronha, filha de D. João de Noronha o dentes, *numeros 17 e 33*, e de sua mulher D. Joana de Castro, *numeros 25 e 42*.

Este D. João de Noronha era filho do segundo Conde de Villa Real, D. Fernando de Noronha *numeros 16 e 32* e de sua mulher D. Brites de Menezes, filha herdeira de D. Pedro de Menezes, 1.º Governador Capitão General de Ceuta.

D. Joana de Castro, acima, era filha do primeiro Conde de Monsanto, D. Alvaro Pires de Castro e de sua mulher D. Isabel da Cunha

Do casamento dos segundos Condes da Feira, nasceu:

— D. MANUEL PEREIRA, *numeros 21 e 38*. Foi o 3.º Conde da Feira, sucedendo a seus maiores nas casas e senhorios.

Foi do Conselho do Rei D. Affonso V e morreu em 4 de Outubro de 1550.

Casou duas vezes: a primeira com D. Isabel de Castro filha dos 1.^{os} Condes de Tarouca, D. João de Menezes e D. Joana de Vilhena; a segunda vez com D. Francisca Henriques viuva do Copeiro Mor de D. João III, Artur de Brito e filha de Antonio de Miranda e de sua mulher D. Ignez da Rosa.

Do primeiro casamento de 3.^o Conde da Feira, foi primogenito:

—D. DIOGO FORJAZ PEREIRA, 4.^o Conde da Feira e herdeiro da Casa e Senhorios de seus Paes.

Em 1560 fundou na Villa da Feira, o Convento dos Conegos Seculares de S. João Evangelista, sob a invocação do Espirito Santo.

Casou com D. Ana de Castro da Silva Menezes, sua prima, filha do 6.^o Senhor de Vagos D. João da Silva e de sua mulher D. Joana de Castro filha dos 2.^{as} Condes da Feira.

Do casamento do 4.^o Conde da Feira foi primogenito:

—D. MANUEL PEREIRA que por morrer em vida de seu pae não chegou a ser conde da Feira.

Casou com D. Joana da Silva, filha dos senhores de Cantanhede D. João da Silva e D. Margarida de Noronha, filha do primeiro conde de Linhares D. Antonio de Noronha, o Narizes.

Do casamento de D. Manuel Pereira com D. Joana da Silva, foi primogenito D. Diogo Forjaz Pereira que sucedendo na casa de seus paes, foi 5.^o conde da Feira e Comendador de S. Salvador de Baldeu na Ordem de Christo. Casou com D. Iria de Brito, filha de João de Brito e de sua segunda mulher D. Guiomar de Athayde. Deste casamento nasceu um filho que morreu creança.

O herdeiro pois de D. Manuel Pereira foi o filho segundo que segue:

—D. JOÃO FORJAZ PEREIRA, 6.^o conde da Feira e herdeiro da casa e senhorios de seus Paes. Foi capitão de Armas em Malaca e General da Armada de Portugal.

Elevado ao alto cargo de Vice Rei da India para onde partiu em 29 de Março de 1608, morreu em viagem.

Casou com D. Maria de Gusmão filha dos primeiros condes de Villa Franca, D. Ruy Gonçalves da Camara e D. Joana de Gusmão.

Do casamento dos 6.^{os} Condes da Feira nasceu unicamente.

—D. JOANNA FORJAZ PEREIRA, 7.^a Condessa da Feira por successão a seus maiores. Casou com D. Manuel Pimentel, mestre de Campo General da Flandres e Castellão de Anvers.

D. Manuel Pimentel era filho do 7.^o conde de Benavente e Vice Rei de Valencia e de Napoles. D. João Affonso Pimentel e de sua segunda mulher D. Mecia de Zuniga y Requezens.

Viveu D. Joana Forjaz Pereira em Anvers com seu marido até que este morreu, voltando viuva com tres filhos para Portugal, já depois do aclamado Rei D. João IV.

Foi naturalmente nesta ocasião que a riquissima

arvore da ascendencia e familia do 3.^o Conde da Feira, illuminada por Antonio da Hollanda, ficou por qualquer circunstancia em poder do Diogo Teixeira de Sampaio, pessoa de grande importancia por aquelas epochas, que vivia na Flandres e que parece foi testamenteiro de D. Manuel Pimentel.

Foi o Sr. Victor Teixeira de Mattos, neste momento de passagem de Lisboa, Hollandez de nação, mas descendente do portuguez acima citado, Diogo Teixeira de Sampaio, quem me offereceu fotografias da preciosa arvore genealogica da ascendencia e parentes do 3.^o Conde da Feira.

O original pertence ao Holandez, Sr. Abraam Henriques de Castro, tambem de origem portuguesa e que o herdou de seus maiores, julgando o Sr. Victor Teixeira de Matos que o mesmo pergaminho se tivesse conservado em poder dos seus ascendentes até 1822 em que o Sr. Moisés Henriques de Castro casou com uma sua tia Avó, E. Teixeira de Mattos, nascida em 1803 e morta em 1862, senhora herdeira de um dos ramos descendentes do referido Diogo Teixeira de Sampaio.

O Sr. Moisés Henriques de Castro é avô do actual proprietario de pergaminho, Sr. Abraam Henriques de Castro.

Do casamento de D. Joana Forjaz Pereira, 7.^a Condessa da Feira com D. Manoel Pimentel, nasceram:

—D. JOÃO PIMENTEL FORJAZ PEREIRA, que foi 8.^o Conde da Feira por Merce d'El-Rei D. João IV. Foi Mestre do Campo General e Governador das Armas de um dos partidos da Beira. Casou com D. Maria de Faro, 8.^a Condessa de Odemira por ser herdeira de seus Paes os 7.^{os} Condes de Odemira, D. Francisco de Faro e Noronha e D. Maria da Silveira.

Do casamento dos 8.^{os} Condes da Feira e de Odemira nasceu apenas um filho que morreu creança.

—D. FERNANDO FORJAZ PEREIRA PIMENTEL, 9.^o Conde da Feira por morte de seu irmão, Familiar do Santo Officio, etc. Casou em 8 de Setembro de 1664 com sua prima D. Vicencia Luiza Henriques, filha herdeira de Pedro Cezar de Menezes e de sua mulher D. Guiomar Henriques de Menezes.

D. Fernando Morreu em 15 de Janeiro de 1700 sem deixar successão legitima, pelo que a Casa da Feira com todo o seu enorme poder passou para a Casa do Infantado, creada pelo Rei D. Pedro II.

—D. JOANA PEREIRA FORJAZ PIMENTEL, que casou com D. João da Silva, 2.^o Marquez de Gouveia e 7.^o Conde de Portalegre, Mordomo Mor da Casa Real, Ministro Plenipotenciario em 1668 conjuntamente com o Duque de Cadaval e Marquez de Niza para resolverem o tratado da Paz com a Hespanha. Foi tambem Embaixador Extraordinario em 1673 na Corte de Madrid.

Morreram sem geração, pelo que os bens da Casa dos Silvas de Portalegre reverteram para a Casa do Infantado.

Terminou aqui como se vê a Casa da Feira, sendo depois considerado representante um ramo descendente de D. Ruy Vaz Pereira numero 9, Conde da Feira que ainda em solteiro, segundo grande questão havida no seculo XVIII, se tentou demonstrar, teve amores com D. Senhorinha Dis, filha do Capitão de besteiros, João Vaz de Aveyro e de sua Mulher D. Mayor Diz, nascendo desses amores um filho de nome D. João Pereira.

E' sob os documentos comprovativos desta filiação que Braamcamp Freire, escreveu o folheto acima referido.

O que é facto porem, é que um descendente do referido D. João Pereira, seu setimo neto, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende, nascido em

1 de Novembro de 1769 e falecido em 6 de Novembro de 1827 foi 10.º Conde da Feira por decreto de 13 de Maio de 1820, conforme se pode ver a paginas 230 do 1.º Volume do «Livro de Linhagens», Braga 1916, de Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel.

A terceira pagina contem como a segunda, duas arvores, tendo no alto o seguinte problema :

— *El Rey dom 1.º da gloriosa M.^{ria} he tresauo Del Rey noso Sôr: El Rey dô fernãdo quto, voo do Còde dom Manuell pereira São Irmãos filh^s del Rey dom pedro.* —

Resolvendo este programa, vamos descrever como por outros ramos, D. João III éra parente de D. Manuel Pereira, 3.º Conde da Feira.

— REI D. PEDRO I, o Justiceiro, filho do Rei D. Afonso IV e da Rainha D. Brites. Nasceu em Coimbra a 18 de abril de 1320 e foi aclamado Rei em 1357. Morreu em Estremoz em 1367.

Casou primeiro com D. Constança, filha de D. João Manuel, Duque de Penafiel, Marquez de Vilhena e Adeantado de Murcia e de sua mulher D. Constança, filha do Rei D. Jayme II de Aragão e de sua primeira mulher a Rainha D. Branca.

O Duque de Penafiel D. João Manuel éra filho do Infante D. Manuel, senhor de Escalona, filho do Rei de Castela D. Fernando III e da Rainha D. Brites de Suevia.

Casou segunda vez, ainda em vida do pae, mas clandestinamente, em 1354, com D. Ignez de Castro, sua sobrinha que foi assassinada em 7 de janeiro de 1355. Era D. Ignez filha de D. Pedro Fernandes de Castro.

Fôra destes casamentos e de Thereza Lourenço, teve o Rei D. Pedro o filho que segue :

— REI D. JOÃO I, («De boa memoria»), *numeros 10, 18 e 34*. Nasceu em Lisboa a 15 de abril de 1357 e foi Mestre d'Aviz. Foi aclamado Rei nas Cortes de Coimbra em 1385. Morreu em 14 de agosto de 1433, depois de ter ampliado o territorio portuguez com Ceuta e a Ilha da Madeira e depois de ter sido dobrado o Cabo Bojador.

Casou com D. Filipa, filha do Duque de Lencastre. A legenda junta ao retrato, diz :

— *El Rey dô Joã da gloriosa memoria tres avo del Rey nosso sor;filho del Rey dom pedro.* —

Ao lado do retrato estão as armas assumidas por este Rei.

Do casamento de D. João I foi primogenito:

— REI D. DUARTE, o Eloquentes, *numero 11*. Nasceu em Vizeu a 31 de outubro de 1391 e foi aclamado Rei em 1433. Foi casado com D. Leonor, filha de D. Fernando I de Aragão.

Morreu D. Duarte em Thomar em 1438.

A legenda junta ao retrato, diz :

— *El Rey dom duarte seu;bis avoo;filho del Rey dô 1.º da gloriosa memoria.* —

Por debaixo do retrato estão as armas assumidas por D. João I seu pae.

Do casamento do Rei D. Duarte, entre outros houve:

— INFANTE D. FERNANDO, *numero 12*. Nasceu em Almeirim a 17 de novembro de 1433. Foi Duque de Vizeu e de Beja. Foi Fronteiro Mór do Alemtejo, Condestavel de Portugal e Mestre das Ordens Militares de Christo e Santiago.

Casou em Alcaçovas em 1447 com D. Brites *numero 4*, sua prima direita, filha do Infante D. João *numero 19 e 35*, e da Infanta D. Isabel, *numero 3*, elle filho do Rei D. João I *numeros 10, 19 e 34* e ella filha dos primeiros Duques de Bragança, D. Afonso e D. Beatriz, *numero 2*, herdeira do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, *numero 1*.

Morreu D. Brites, mulher do Infante D. Fernando, em 30 de setembro de 1506 e foi sepultada no Mosteiro da Conceição de Beja, que fundou.

A legenda junta ao retrato diz :

— *O Infante dô fernãdo; seu avoo filho del Rey dom duarte.* —

Por debaixo do retrato estão as armas assumidas por D. João I tendo por diferença um lambel com tres pendentes.

Do casamento do Infante D. Fernando foi primogenito:

— REI D. MANUEL I, o Venturoso, já referido.

Do seu segundo casamento nasceu :

— REI D. JOÃO III, *numero 13* a quem já acima tambem me referi. Ao lado do retrato estão as armas de Portugal com as quinas todas pendentes.

No retrato, D. João III, ostenta um bastão que deve ser o deliniado por Antonio da Hollanda.

Termina aqui a terceira arvore pelo que vamos desenvolver a quarta arvore começando exactamente na mesma altura da terceira.

— REI D. PEDRO I, o justiceiro. Do seu primeiro casamento com D. Constança, de quem tratei acima, foi primogenito :

— REI D. FERNANDO I, o Formoso *numero 14*. Nasceu na segunda feira 31 de outubro de 1345 como nos diz D. Antonio Caetano de Sousa a paginas 415 do 1 volume da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa.

Com 22 annos subiu ao throno em 15 de janeiro de 1367. Figura distinta que lhe mereceu o cognome de Formoso, foi de principio adorado e adorado pelos seus subditos, querido das mulheres e encanto de todos.

Quizzer Rei de Castella gastando tudo quanto tinha na guerra que então sustentou. Chegou a cunhar-se moeda com o seu nome em Zamora, Coria, Carmona, Ciudad Rodrigo, Ledesma, Alcantara, Valença, Santiago de Compostela, Tuy, Orense, e muitas outras Cidades e Villas.

Casou em 1371 com D. Leonor Telles de Menezes, já casada com o senhor de Pombeiro, João Lourenço da Cunha, casamento que foi julgado por nullo.

D. Leonor Telles de Menezes era filha de Martim Afonso Telles de Menezes, mordomo-mór da Rainha D. Maria, mulher do Rei D. Afonso XI de Castella.

20
Veja
4
casou
com
12

19
Veja
35
casou
com
3

18
Veja
10 e 34

25
Veja
42
casou
com
17 e 33

24
Veja
41

23
Veja
40

22
Veja
39



A legenda junto ao retrato diz :

— *El Rey dō fernado q' tavoo do comde dō manuel p^{ra} filho del Rey dom'pedro.* —

Ao lado tem as armas assumidas por D. Affonso III tendo na orla onze castellos.

Fora do casamento teve D. Fernando a filha seguinte :

— D. IZABEL numero 15. Nasceu em 1364 e casou em primeiras nupcias com D. João filho do Conde de Barcellos, D. Affonso Telles de Menezes.

Depois de viuva, em 1378, casou em Burgos com D. Affonso Henriques, numero 31, Conde de Gijon e Noronha, filho illegitimo do Rei Henrique II de Castella e de D. Elvira Inigues de la Vega, Condessa de Gijon e Noronha por merce Regia de 1373.

A legenda junto ao retrato diz :

— *A Condessa de Giguom sua tres avoo filha del Rey dō fernado.*

Por debaixo do retrato estão as armas em lisonja partidas de Leão e Castella com Portugal, diferenciadas estas ultimas com um lambel de tres pendentes.

Do casamento dos Condes de Gijon nasceu :

— D. FERNÃO DE NORONHA, numeros 16 e 32. Foi ainda de menoridade á tomada de Ceuta acompanhando D. João I.

Em 1428, pelo mesmo Rei, foi General d'uma armada do Estreito para desbarato dos Corsarios.

Foi 2.º Conde de Villa Real pelo seu casamento com D. Beatriz de Menezes, filha primogenita do 1.º Conde de Villa Real e 2.º de Vianna, D. Pedro de Menezes, o celebre 1.º Governador Capitão General de Ceuta.

D. Fernando de Noronha foi o 5.º Governador Capitão General de Ceuta de 1438 a 1445. Este seu governo vem descrito no meu estudo «Governadores Capitães Generaes de Ceuta» «que publiquei no Volume IV da minha obra «Historia e Genealogia».

A legenda junta ao retrato diz :

— *O Comde dom fernado seu bis avoo filho da Condessa de gigoão.* —

Por debaixo do retrato estão as armas de Leão e Castella esquadreladas com as de Portugal.

Do casamento dos 2.ºs Condes de Villa Real, entre outros, nasceu :

— D. JOÃO DE NORONHA, o dentes, numero 11 e 33. Casou com D. Joana de Castro numero 25 e 42, filha do primeiro Conde de Monsanto, D. Alvaro Pires de Castro e de sua mulher D. Izabel da Cunha numero 24 e 41.

A legenda junta ao retrato diz :

— *Dō J.º de noronha Irmão, do marqs de Vila Real seu avo filho do cōde dom fernado.* —

Por debaixo do retrato estão as armas de Castella e Leão esquadreladas com as de Portugal tendo sobre posto o escudo d'ouro dos Menezes.

Do casamento de D. João de Noronha com D. Joana de Castro nasceu :

— D. BRITES DE MENEZES CASTRO E NORONHA que casou com D. Diogo Pereira, 2.º Conde da Feira como já atraz disse.

Deste casamento nasceu primogenito.

— D. MANUEL PEREIRA, numeros 21 e 38. Terceiro Conde da Feira a quem já me referi mais á sua descendencia.

A quarta pagina tem no alto a seguinte inscrição :

El Rey dom J.º da gloriosa memoria tresauo Del Rey noso Sor & o Ifante dō J.º Quartavoo do cōde dom manuell p^{ra} sam Irmãos f^o Del Rey dō pedro. —

Vejamos o desenvolvimento deste problema.

— REI D. PEDRO I, o Justiceiro, a quem já me referi. Fora dos seus casamentos, de Thereza Lourenço teve.

— REI D. JOÃO I, Numero 10, 18 e 34 portanto já referido.

A legenda junta ao retrato diz :

El Rey dō Joã da glori osa memoria tres avo del Rey noso sōi filho del Rey, dom P.º —

Ao lado do retrato estão as armas de Portugal assumidas por D. João I.

Do casamento deste Rei, entre outros nasceu :

— INFANTE D. JOÃO, numero 19 e 35. Casou em 1424 com sua sobrinha D. Isabel, numero 3, filha de D. Beatris Pereira numero 2 e do Conde de Barcellos D. Affonso, já descritos.

A legenda junta ao retrato diz :

O Ifante dom João seu bisavoo, filho del Rey dom Joã de gloriosa memoria. —

Por baixo do retrato estão as armas de Portugal esquadreladas com a Cruz de Santiago.

Do casamento do Infante D. João nasceu.

— INFANTA D. BEATRIS, numeros 4 e 20. Casou em Alcaçovas em 1447 com seu primo direito o Infante D. Fernando, numero 12, filho do Rei D. Duarte, portanto já referidos.

Ao lado do retrato, a legenda diz :

— *A Ifanta dona briatiz sua avoo, filha do Ifante do J.º.* —

Por debaixo do retrato estão em lisonja as armas de Portugal e de Pereira.

Do casamento da Infanta D. Beatris, nasceu.

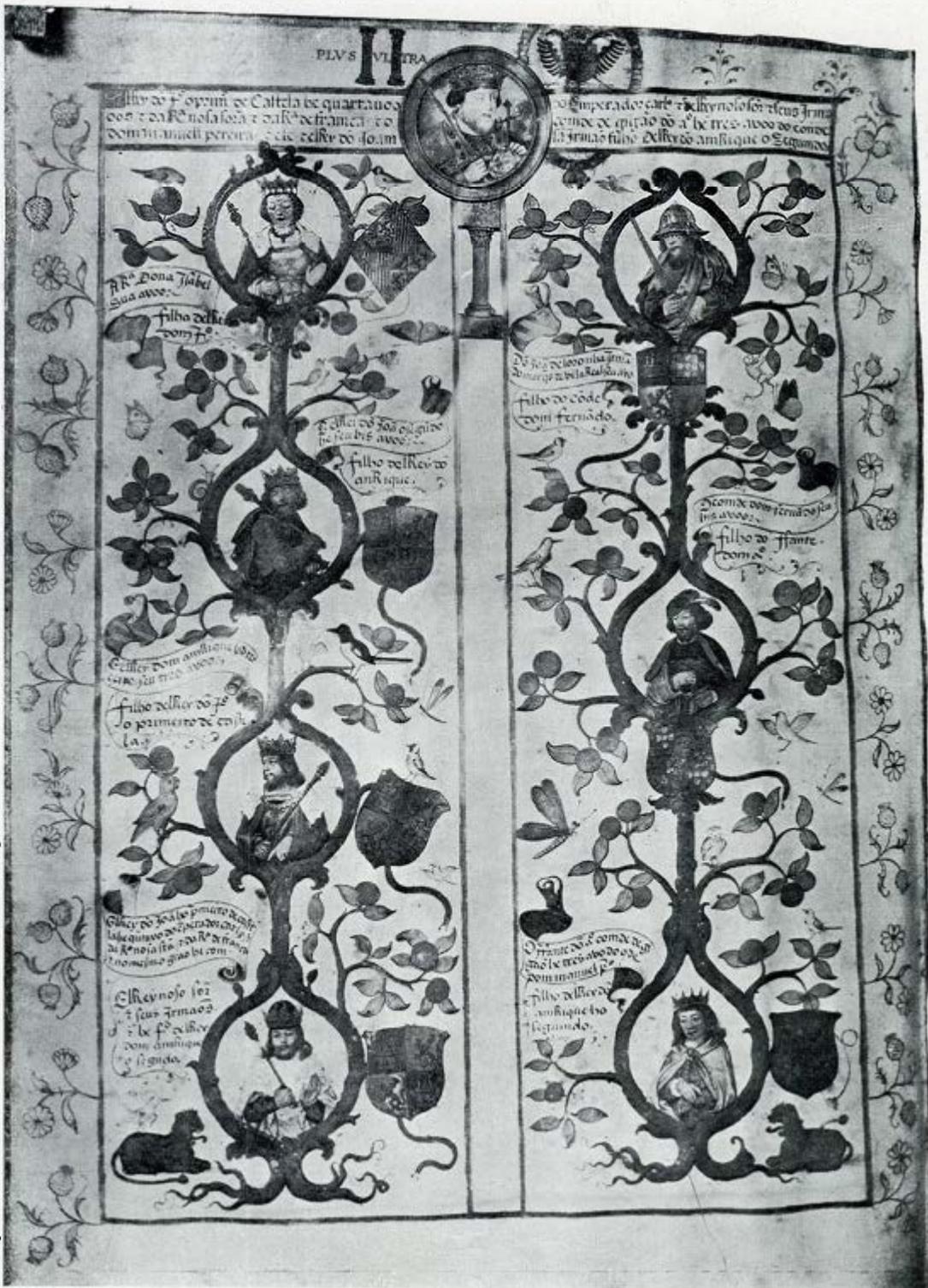
— REI D. MANUEL I, já descrito, que do seu casamento com D. Maria, filha dos Reis Catholicos, teve:

29
Veja
37

28
casou
com
36

27

26



33
Veja
17
casou
com
25 e 42

32
Veja
16

31
casou
com
15

— REI D. JOÃO III, *numero 13.*

Termina aqui a quinta arvore pelo que vamos desenvolver a sexta.

Voltando ao chefe da quinta arvore temos:

— REI D. PEDRO I, que do seu casamento com D. Ignez de Castro teve:

— INFANTE D. JOÃO, *numero 22.* Nasceu em Coimbra e casou primeiro com D. Maria Telles de Menezes herdeira da Rainha D. Leonor Telles. Matando esta primeira mulher por suspeita de traição, retirou-se para Castella onde se casou com a Infanta D. Constança filha do Rei Henrique II d'aquelle Reino.

Ao lado do retrato está a seguinte legenda:

— *O Ifante Dom Joam quartovoo de Comde dom manuel pereira/filho del Rey dom pedro.* —

Ao lado do retrato estão as armas de Portugal com um lambel de tres pendentes.

Fôra do casamento teve o Infantado D. João, entre outros a:

— D. AFFONSO DE CASCAES. *Numeros 23 e 40.* Senhor de Cascaes, Reguengo de Oeiras, Lourinhã e outras terras. Foi Alcaide Mór de Lisboa por nomeação do Rei D. João I em 1388 para se casar com D. Branca da Cunha, filha do celebre João das Regras e de sua mulher D. Leonor da Cunha.

D. Affonso depois de viuvo casou segunda vez com D. Maria de Vasconcellos filha de João Mendes de Vasconcellos e de sua mulher D. Leonor Pereira filha do Prior do Crato D. Alvaro Pereira.

A legenda ao lado do retrato diz:

— *O sôr dô Aº de Cascaes seu/tres avoo/filho do Ifãte/dom Joam.* —

Por debaixo do retrato estão as armas de Portugal com um filete em contra banda, indicativo de bastardia.

Do primeiro casamento de D. Affonso de Cascaes foi unica filha:

— D. ISABEL, *numero 24 e 41.* Herdeira de toda a casa de seus Paes, casou com D. Alvaro de Castro, representante da casa de Castro, filho de D. Fernando de Castro e de sua mulher D. Isabel de Ataide.

D. Alvaro de Castro foi o primeiro Conde de Monsanto por merce do Rei D. Affonso V. Morreu na tomada de Arzilla em 24 de agosto de 1471.

Ao lado do retrato está a seguinte legenda:

— *A Côdesa dona Izabel de/Môsanto sua bis avoo/filha do sñor dom Aº de Cascaes.* —

Por debaixo do retrato estão em lisonja as armas do Portugal e de Castro.

Do casamento dos I.ºs Condes de Monsanto, nasceu:

— D. JOANA DE CASTRO. *Numero 25 e 42,* que ca-

sou com D. João de Noronha, o dentes, *numero 17 e 33,* portanto já descrito.

Deste casamento nasceu:

— D. BRITES DE MENEZES CASTRO E NORONHA que casou com o segundo Conde da Feira, D. Diogo Pereira, já descrito.

Foram paes de:

— D. MANUEL PEREIRA, *numero 21 e 38.* Terceiro Conde da Feira.

A quinta pagina contem no alto a seguinte inscrição:

— *El Rey dô Joº o primº de Castela he quartovoo do Emperador Carlº & del Rey naso Sôr & seus Irmaoos & da Rª nosa Sôra & da Rª de frança. & o Comde de gijão dô aº he tres avoo do conde/dom Manuel pereira & etc. & el Rey dô Joam sã Irmãos filhos Del Rey dô amrique o segundo.* —

Vejamos o desenvolvimento deste problema.

— REI D. HENRIQUE II DE CASTELLA, filho de Affonso XI de Castella. Nasceu em 1332. Casou com D. Joana Manuel filha de D. João Manuel, neta do Infante D. Manuel e segunda neta do Rei D. Fernando o Santo.

Do casamento do Rei Henrique II de Castela houve:

REI D. JOÃO I DE CASTELA, *numero 26.* Nasceu em 1358 e casou duas vezes, a primeira com D. Leonor filha do Rei D. Pedro IV de Aragão e a segunda com D. Beatriz filha do Rei D. Fernando I de Portugal.

Ao lado do retrato, a legenda diz:

— *El Rey dô Joã ho pº meiro de Castela he qº ntavo do eperador Carlos & da Rª nosa srã & da Rª de frança & no mesmo grao he com/El Rey noso sôr/ & seus Irmãos/ & he fº del Rey/dom amRique/o segundo.* —

Ao lado tem esquadreladas as armas de Castella e Leão.

Do primeiro casamento do Rei D. João I de Castella, nasceu:

— REI D. HENRIQUE III DE CASTELLA, *numero 27.* Nasceu em 1379 em Burgos. Casou com D. Catharina filha de João de Gante, Duque de Lencastre.

A legenda ao lado retrato, diz:

— *El Rey dom amrique ho ter/ceiro seu tres avoo/filho del Rey dô Joº o primeiro de Castela.* —

Ao lado tem esquadreladas as armas de Castella e Leão.

Do casamento do Rei Henrique III, nasceu:

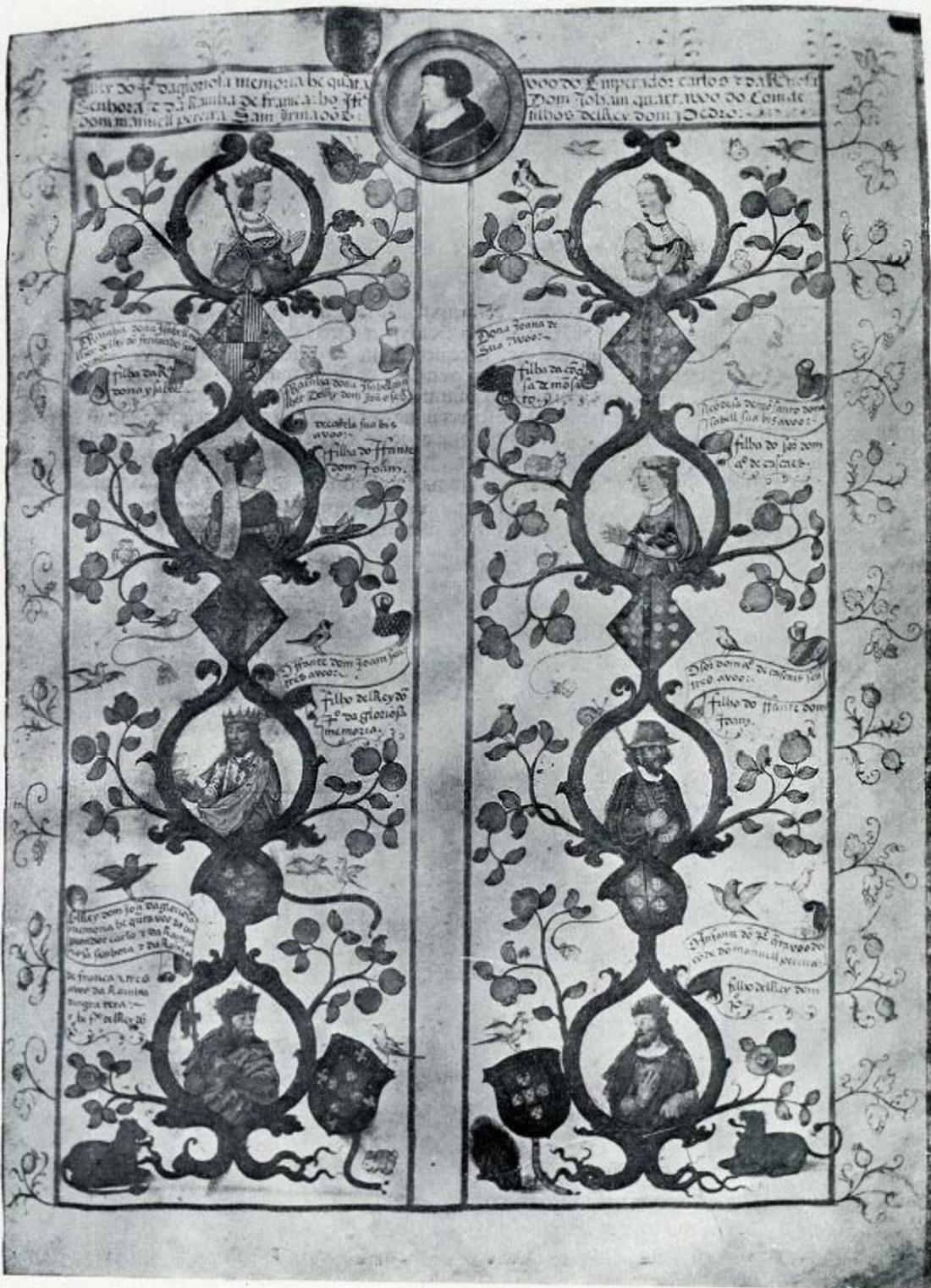
— REI D. JOÃO II DE CASTELA, *numero 28.* Nasceu no Toro em 1405. Casou duas vezes: a primeira com sua prima D. Maria, filha do Rei D. Fernando de Aragão e a segunda com D. Isabel filha do Infante D. João, *numero 19 e 35* e de sua mulher D. Isabel, *numero 3,* filha do Conde de Barcellos D. Affonso e de sua mulher D. Beatriz Pereira, filha do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

37
Veja
29

36
casou
com
28

35
Veja
19
casou
com
3

34
Veja
10 e 18



42
Veja
25
casou
com
17 e 33

41
Veja
24

40
Veja
23

39
Veja
22

Ao lado do retrato está a seguinte legenda:

— *El Rei dō João o segudo lhe seu bis avoo filho del Rey dō anRique.*—

Ao lado tem as armas esquarteladas de Castella e Leão.

Do segundo casamento do Rei D. João II de Castella com D. Isabel de Portugal, foi herdeira:

— RAINHA D. ISABEL, a Catholica, numero 29 e 37. Sucedeu no throno a seu irmão o Rei Henrique IV. Casou com D. Fernando, Rei da Sicilia e Principe de Aragão filho do Rei D. João II deste ultimo Reino.

Ao lado do retrato, a legenda diz:

— *A R^a Dona Isabel sua avoo filha del Rey dom J^o*—

Ao lado em lisonja tem esquarteladas as armas de Castella e Leão com Aragão e Sicilia. No pé da lisonja as armas de Granada.

Do casamento dos Reis Catholicos houve:

— D. Joana que nasceu em 1497 e casou com o Rei de Castella D. Filipe I filho do Imperador Maximiliano. Deste casamento nasceu o Imperador Carlos V, numero 30, D. Catharina, mulher de D. João III de Portugal numero 13, e a Arquiduqueza Maria que casando com Francisco de Medices, Duque de Florença e de Toscana, foram paes de D. Maria Medices, Rainha de França pelo seu casamento com Henrique IV Rei da mesma nação.

— D. Maria que casou com o Rei D. Manuel I de Portugal e foram paes do Rei D. João III de Portugal, numero 13.

— D. Catharina que casou com Henrique VIII Rei de Inglaterra.

Terminada aqui esta arvore, vamos descrever a outra que lhe fica ao lado.

Voltando ao principio temos:

— REI D. HENRIQUE II DE CASTELLA, acima descrito. Fora do casamento, de D. Elvira Iniguez de la Vega, Condessa do Gijon e Noronha, por mercê deste Rei de 1373, nasceu:

— D. AFFONSO HENRIQUES, numero 31. Foi Conde de Gijon e Noronha e casou com D. Isabel, numero 15 filha do Rei D. Fernando I de Portugal. Numero 14. Já foram descritos.

Ao lado do retrato está o seguinte:

— *O Ifante dō a^o comde de gijão he tres avo do ode dom Manuel p^o filho del Rey dō amRique ho segundo.*—

Ao lado estão as Armas de Castella e Leão.

Do casamento dos Condes de Gijon e Noronha nasceu.

— D. FERNANDO DE NORONHA, numero 16 e 32.

2.º Conde de Villa Real pelo casamento com D. Beatriz de Menezes filha do Governador Capitão General de Ceuta D. Pedro de Menezes. Já foram descritos.

Ao lado do retrato está:

— *O Comde dom fernão seu bis avoo filho do Ifante dom a^o.*—

Por debaixo do retrato estão esquarteladas as armas de Portugal com Castella e Leão.

Do Casamento dos 2.º Condes de Villa Real, nasceu.

— D. JOÃO DE NORONHA numero 17 e 33. Casou com D. Joana de Castro, numero 25 e 42, filha dos Condes de Monsanto. Já foram descritos.

Ao lado do retrato está a legenda.

— *Dō Jõa de noronha Irmã do Marqs de Vila Real seu avo filho do cõde dom fernão.*—

Por debaixo do retrato estão partidas as Armas de Castella e Leão, com Portugal e Menezes.

Do casamento de D. João de Noronha nasceu.

— D. BEATRIZ DE MENEZES CASTRO E NORONHA que casou com o 2.º Conde da Feira D. Diogo Pereira já descrito. Tiveram:

— D. MANUEL PEREIRA, 3.º Conde da Feira, numero 21 e 38.

A sexta pagina tem no alto a seguinte inscrição:

— *El Rey dō J^o da gloriosa memoria he quãtavoo do Emperador Carlos & da R^a nosa Senhora & da Rainha de frança: ho If^o Dom Joham quartavoo do Comde dom manuell pereira Sam Irmãos filhos del Rey dom pedro.*—

Vejamos o desenvolvimento deste programa:

— REI D. PEDRO I DE PORTUAGL. Fora dos casamentos e de Theresa Lourenço teve.

— REI D. JOÃO I, de Portugal numeros 10 18, e 35. Casou com D. Felipa de Lencastre.

Ao lado do retrato está a seguinte legenda:

— *El Rey dom Joã da gloriosa memoria he quãtavoo do emperador Carlos & da Rainha nosa senhora & da Rainha de frança & tres Avoo da Rainha dingra tera/ & he f.^o del Rey dō P.^o*—

Ao lado tem as Armas de Portugal assumidas por este Rei.

Do seu casamento, entre outros, nasceu:

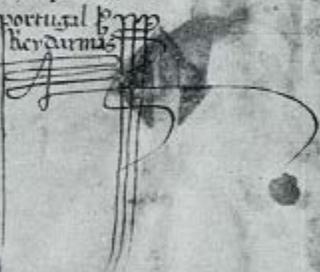
— INFANTE D. JOÃO, numeros 19 e 36. Casou com D. Isabel numero 3 já descritos.

Ao lado no retrato tem a seguinte legenda:

— *O Ifante dom Joam seu tres avoo filho del Rey dō J^o da gloriosa memoria.*—


 ortugal Rey d'armas principal Do muy alto serenissimo e poderoso Rey
 don Joam oitaveiro nosso Senhor et faço saber aos que esta aprouta
 cam formostrada que arquerimento do conde don Estimel Pereira dy
 esta arte e a tras escrita da genealogia e Real sangue do que decende de de
 Rui Pereira O brauo seu quintano ar o fim da dita arte e a qual arte e
 de sua genealogia em aho ser verdadeira por ser tirada verdadeira mente das
 caronicas de portugal e de castela e portal aprouta e certefiquo ser certa asy como se
 nela contem: da dita feita e ylluminada per Antonio colanda e Joam mendan offi
 ces da nobreza do dito snor feita e ylluminada em duas folhas e me a que sam cinco
 laudas de as: e por mais firmeza e siney demeu proprio sinal em enora abinte e do
 us dias de fevreiro de mil e quinhentos e trinta e quatro.

Portugal
 Rey d'armas



Por debaixo do retrato estão as armas de seu pae com um lambel de tres pendentes.

Do casamento do Infante D. João nasceu.

— RAINHA D. ISABEL, *numero 36*, que casou com o Rei de Castella D. João II, *numero 28* já descritos:

Ao lado no retrato está a seguinte legenda:

— *A Rainha dona Isabell mo/lher Del Rey dom Joã o segº/ de Castela sua bis/avoo/filha do Ifante dom Joam* —

Por debaixo do retrato estão em lisonja as armas de Castella e Leão partidas com as de Portugal.

Do casamento do Rei D. João II de Castella nasceu:

— RAINHA D. ISABEL a Católica, *numero 29 e 37*. Casou com o Rei D. Fernando. Já foram descritos.

Ao lado do retrato da Rainha, está a seguinte legenda:

— *A Rainha dona Isabell mo/lher del Rey dô Fernando sua avoo filha da Rª dona Ysabel* —

Por debaixo do retrato, em lisonja estão esquadreladas as armas de Castella e Leão com as de Aragão e Sicilia:

Do casamento dos Reis Catholicos, nasceram:

— D. Joana que casando com o Rei D. Filipe I foram pais do Imperador Carlos V *numero 30* e de D. Catarina que casou com o Rei D. João III de Portugal, *numero 13*.

— D. Isabel e D. Maria que casaram com o Rei D. Manuel de Portugal.

Vejamos a decima e ultima arvore para o que temos de voltar ao principio da que acabamos de descrever:

— REI D. PEDRO I de Portugal que do casamento com D. Ignez de Castro teve:

— INFANTE D. JOÃO, *numero 22 e 39*. Já referido. Junto ao retrato tem a seguinte incrição:

— *O Infante dô Jo qº tavoo do/Conde dô Manuell pereira/filho del Rey dom Po* —

Ao lado do retrato estão as armas de Portugal com lambel de tres pendentes.

Fora dos seus casamentos teve:

— D. AFFONSO de Cascaes, *numeros 23 e 40* — Casou com D. Branca da Cunha. Já referidos.

Ao lado do retrato está a seguinte inscrição:

— *O sôr dom aº de Cascaes sem/tres avoo/filho do Ifaute dom Joam* —

Por debaixo do retrato estão as armas de Portugal com um filete em contrabanda indicando bastardia.

Do casamento de D. Afonso nasceu:

— D. ISABEL, *numeros 24 e 41* — Primeira Condessa de Monsanto pelo seu casamento com D. Alvaro de Castro conforme já disse acima.

Ao lado do retrato está a seguinte inscrição:

— *A codesa de mósanto dona Isabell sua bisavoo/ filha do sôr dom Aº de Cascaes* —

Por debaixo do retrato estão em lisonja as armas de Portugal e de Castro.

Do casamento de D. Isabel nasceu:

— D. JOANA DE CASTRO, *numeros 25 e 42*. Casou com D. João de Noronha *numero 17 e 33*. Já referidos.

Ao lado do retrato está o seguinte:

— *Dona Joana de... sua avoo/filha da cõde/sa de mósã to* —

Por debaixo do retrato estão em lisonja, esquadreladas as armas de Castela e Leão com as de Aragão e Sicilia.

Do casamento de D. Joana de Castro nasceu:

— D. BRITES DE MENEZES CASTRO E NORONHA que casou com o II Conde da Feira, D. Diogo Pereira já referidos.

Deste casamento nasceu:

— D. MANUEL PEREIRA, III Conde da Feira. *Numeros 21 e 38*.

A ultima pagina, a setima do precioso pergaminho, tem uma inscrição nos seguintes termos:

Portugal Rey darmas principal Do muy alto serenisimo & poderoso el Rey dom Joam a terceiro nosso senhor et faço saber aos que esta aprouçam for mostrada que a requerimento do conde dom manuel pereira Vy esta aruore atras escrita da genelosia & Real sange de que deçemde desde Ruy pereira O brauo seu quintaou ate o fim da dita aruore: A qual aruore desua genelosia eu acho ser verisima por ser tirada verdadeiramente das/ caronicas de portugal & de Castela & portal aprouo & çertifiquo ser çerta asy como se nela contem: vai feita & y luminada per Antonio d'olamda y Joam Menelau offiçiaes da nobreza do dito snôr feita & y luminada em duas folhas & mea que sam çinco/ laudas cheas: & por mais firmeza Asiney de meu propio sinal em euora a vinte & do/ us dias de feuereiro de mil y quinhentos & trinta & quatro: | portugal p | Rey darmas.

Terminando a rapida descrição sobre a esplendida illuminura de Antonio da Hollanda, resta-me agradecer ao Sr. Victor Teixeira de Mattos o ter conseguido provas fotograficas para eu poder fazer este estudo e ao Sr. Marquez de Ciadoncha, Chronista Rei d'Armas de Espanha, que verificou os retratos de pessoas da Familia Real Espanhola reproduzidos por Antonio da Hollanda, e me afirmou que estão absolutamente conformes com retratos existentes em Espanha.

Faço os votos mais sinceros para que tal pergaminho volte um dia para Portugal.